ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

SUMÁRIO

I – DADOS PESSOAIS.....4

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA.....5

III – LÍNGUAS ESTRANGEIRAS 6

IV – PRINCIPAIS APROVAÇÕES EM CONCURSOS PÚBLICOS.....8

V – PRINCIPAIS ATIVIDADES PROFISSIONAIS.....9

VI – PRINCIPAIS ATIVIDADES ACADÊMICAS.....17

VII – PRINCIPAIS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS.....20

VII.1 Livros.....20

VII.2 Capítulos de Livros.....25

VII.3 Artigos.....61

VII.4 Prefácios, Posfácios e Apresentações.....71

VIII – INSTITUTOS JURÍDICOS E ASSOCIAÇÕES.....76

IX – CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E EVENTOS JURÍDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....78

IX.1 Participação como palestrante, orador, debatedor e presidente de mesa em evento.....78

IX.2 Principais eventos jurídicos como convidado.....115

X – BANCAS EXAMINADORAS DE CONCURSOS PÚBLICOS.....118

XI – BANCAS EXAMINADORAS E ORIENTAÇÕES DE GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO, PÓS-DOUTORADO E LIVRE DOCÊNCIA.....119

XI.1 Graduação e Especialização.....119

XI.2 Mestrado.....119

XI.3 Doutorado.....137

XI.4 Supervisão de Estágio Pós-Doutoral.....143

XI.5 Banca de Livre Docência.....143

XII – PRINCIPAIS HOMENAGENS E ELOGIOS.....144

ANEXO I: Feito inédito: gabinete do TRF2 é primeiro a "zerar" os processos conclusos.....150

ANEXO II: TRF2 a um passo da virtualização total dos processos judiciais.....153

I - DADOS PESSOAIS

Nome: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes

Nacionalidade: Brasileira e Portuguesa

Naturalidade: Rio de Janeiro

Filiação: Aluizio de Castro Mendes e Olivia Gonçalves de Castro Mendes

Data de Nascimento: 13/02/1963

II - FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação

– **Comunicação Social**
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC)
Ano: 1985 / 1989

– **Direito**
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Ano: 1990 / 1992

Especialização em Direito

– Especialização em Processo Civil
Universidade de Brasília e Conselho da Justiça Federal
Ano: 1996 / 1997

Mestrado em Direito

– Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Ano: 1995 / 1998

– Johann Wolfgang Goethe-Universität (Frankfurt am Main, Alemanha)
Ano: 1999 / 2000

Doutorado em Direito

– Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em conjunto com a Johann Wolfgang Goethe-Universität (Frankfurt am Main, Alemanha)
Ano: 1998 / 2001

Pós-Doutorado em Direito

– Universität Regensburg (Regensburg, Alemanha)
Ano: 2004 / 2005

III – LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Inglês

- Curso Oxford
  Ano: 1975 / 1977

- BRASAS
  Ano: 1978 / 1987

- Instituto Brasil - Estados Unidos (IBEU)
  Ano: 1992

- Exame de Proficiência por ocasião do ingresso no mestrado da Universidade de São Paulo (USP)
  Ano: 1993

Alemão

- Zertifikat Deutsch als Fremdsprache (ZDaF) – Certificado de Alemão como Língua Estrangeira

- Zertifikat Zentrale Mittelstufenprüfung Zertificat (ZMP) – Certificado do Exame Central do Nível Intermediário

- Zertifikat Zentrale Oberstufenprüfung (ZOP) – Certificado de Aprovação no Exame Central de Nível Superior

- Exame de Proficiência por exigência do doutorado da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
  Ano: 2000

- Goethe Institut (Rio de Janeiro, Freiburg e Frankfurt)
  Cursos Concluídos: Grundstufe, Mittelstufe e Oberstufe

- Volkshochschule (Frankfurt am Main)
  Cursos: Mittelstufe, Konversation, Vorbereitung ZMP e Vorbereitung Kleines Sprachdiplom (KSD)

- Aulas particulares (Rio de Janeiro)

Italiano

- Istituto Italiano di Cultura
  Cursado até o nível 6 (último período do básico)
  Período: até junho 1998

Francês

- Colégio São Vicente de Paulo

- Aliança Francesa

Espanhol

- Aulas particulares
  Período: 1987 e 2003

IV – PRINCIPAIS APROVAÇÕES EM CONCURSOS PÚBLICOS

- Banco Central do Brasil
  Cargo: Procurador
  Ano: 1992 / 1993

- Ministério Público do Estado de Minas Gerais
  Cargo: Promotor de Justiça
  Ano: 1993

- Tribunal Regional Federal
  Cargo: Juiz Federal
  Ano: 1993 / 1994

- Universidade Federal Fluminense (UFF)
  Disciplina: Direito Processual Civil
  Professor Substituto
  Ano: 1996

- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
  Disciplina: Direito Processual Civil
  Professor Substituto
  Ano: 1998

- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
  Disciplina: Direito Processual Civil
  Cargo: Professor Assistente
  Ano: 2000
  1º colocado

V - PRINCIPAIS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Advocacia

– Escritório do Dr. Heraldo Francisco de Assis Gonçalves
  Período: 1991 / maio de 1993 (incluindo estágio)

– Escritório do Dr. Antonio Evaristo do Moraes Filho e Dr. George Tavares
  Período: 1991

– Escritório Modelo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
  Período: 01 /01 / 1991 a 31 / 12 / 1992

Ministério Público

– Promotor de Justiça
  Fórum de Teófilo Otoni e Belo Horizonte, Minas Gerais
  Período: maio de 1993 / maio de 1994

Poder Judiciário

– **Justiça Federal**

- Juiz Federal Substituto

a) 2ª Vara de Foz do Iguaçu, Paraná (1994);

b) 8ª Vara Federal de Curitiba, Paraná (1995);

c) 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro (1996).

- Juiz Federal, promovido por merecimento em 1996

a) 35ª Vara Federal do Rio de Janeiro (1996 / 1998);

b) 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro (1998 / 2005);

c) Presidência da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (2002 / 2003).

- Membro do Conselho Editorial da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2002 / 2003)

– **Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF-2)**

- Juiz Federal Convocado

a) Quinta Turma (2003);

b) Primeira Turma Especializada (2005 / 2011);

c) Primeira Seção Especializada (2005 / 2011);

d) Presidência do mutirão de audiências de conciliação nos processos referentes ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) nos meses de abril e de outubro (2010);

e) Terceira Turma Especializada (2011);

f) Segunda Seção Especializada (2011).

- Desembargador Federal, promovido por merecimento em 2011*, após ter entrado por três vezes consecutivas em lista como o mais votado

a) Quinta Turma Especializada (2012 / atual), exercendo a Presidência nos períodos de 2013 / 2015, 2015 / 2017 e 2017 / 2019;

b) Terceira Seção Especializada (2012 / atual), exercendo a Presidência no período de 2019 / 2021;

c) Órgão Especial (2015 / 2017, 2017 / 2019 e 2021 / 2023).

- Membro do Conselho de Administração (2013 / 2015 e 2023 / atual)

- Encarregado da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Tribunal (2021 / atual)

- Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) eleito para o biênio 2023 / 2025 (2023 / atual)

a) Membro do Grupo Diretivo do Centro de Inteligência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (2023 / atual)
b) Membro do Conselho de Administração (2023 / atual)

– **Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (COJEF) do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF-2)**

- Coordenador dos Juizados Especiais Federais (2017 / 2019);

- Presidente da Turma Regional de Uniformização (2017 / 2019).

*O Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, em sessão plenária realizada no dia 22/08/2011, reservar a antiguidade da promoção, considerada em 19/04/2011, e ratificada através do ATO Nº T2 – ATP-2012/00551, referendado na decisão plenária da sessão de 04 de outubro de 2012, bem como nos processos PCA nº 0007799-07.2012.2.00.0000 e 0002832-79.2013.2.00.0000, que tramitaram perante o Conselho Nacional de Justiça, em razão do determinado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal que, nos autos do Mandado de Segurança nº 30.585, anulou o Decreto de 18 de abril de 2011, determinado a observância da regra contida no artigo 93, II, a, da Constituição Federal.

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF-2)

- Membro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (2019 / 2021 e 2023 / atual)

Escola da Magistratura Regional Federal (EMARF)

– Membro da Comissão de Acompanhamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização dos Magistrados Federais (CAE) (2005 / 2007), na Gestão do Excelentíssimo Senhor Ministro Benedito Gonçalves, então Desembargador Federal e Diretor-Geral;

– Presidente da Comissão de Processo Coletivo (2007 / 2009);

– Membro do Conselho Editorial da Revista da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (2012 / atual);

– Presidente da Comissão de Processo Civil (2009 / 2013);

– Diretor de Intercâmbio e Difusão (2012 / 2013);

– Membro do Comitê Técnico de Seleção (2013 / 2015);

– Diretor de Estágios (2013 / 2015);

– Diretor de Cursos e Pesquisas (2013 / 2017);

– Presidente da Comissão Temática dos Juizados Especiais (2017 / atual).

Conselho da Justiça Federal (CJF)

- Membro do Comitê Técnico de Pesquisa, Editoração e Intercâmbio do Centro de Estudos Judiciários (2006 / 2008);

- Membro do Conselho Editorial da Revista Justiça e Educação, do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) (2012 / atual);

- Participou como convidado na Missão do Conselho da Justiça Federal no Programa de Lideranças Internacionais, promovido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (2013);

- Membro da Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais (2015 / 2017);

- Membro do Conselho Editorial do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (2015 / 2017);

- Presidente da Comissão de Direito Processual Civil na I Jornada de Direito Processual Civil (2017);

- Designado pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça Federal Ministro Raul Araújo para a realização da inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2018);

- Relator da Comissão de Trabalho sobre Recursos e Precedentes Judiciais da II Jornada de Direito Processual Civil (2018);

- Designado pela Excelentíssima Senhora Corregedora-Geral da Justiça Federal Ministra Maria Thereza de Assis Moura para a realização da inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2020);

- Integrante, na condição de Especialista, da II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios (2021);

- Integrante do Grupo Decisório do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal (2023 / atual).

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)

- Membro do Conselho Superior (2014 / 2016), como Representante da Justiça Federal, por escolha do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ), exercendo as funções durante a gestão dos Excelentíssimos Ministros João Otávio de Noronha e Humberto Martins;

- Coordenador do Grupo de Trabalho do novo Código de Processo Civil (2015 / 2016);

- Relator do Grupo de Trabalho sobre o tema "Os cursos de formação inicial nas Escolas Federais da Magistratura", no workshop Formação inicial e planejamento estratégico com diretores e coordenadores pedagógicos das escolas judiciais e de magistratura, promovido pela ENFAM – Escola Nacional de Formação e de Aperfeiçoamento de Magistrados;

- Expositor no 1º Curso Nacional sobre Precedentes, em Painel sobre "O Processo de Formação de Precedentes do Código de Processo Civil de 2015", presidido pelo Excelentíssimo Ministro Joel Paciornik (2019);

- Conclusão dos 3 (três) níveis do Curso de Formação de Formadores (FoFo).

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

- Membro do Fórum Nacional das Copas (2013 / 2015), instituído pelo Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça, e coordenado pelo Excelentíssimo Ministro Bruno Dantas, então Conselheiro;

- Membro do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 152, do Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de apresentar propostas voltadas para o aprimoramento da atuação do Poder Judiciário nas ações de tutela de direitos coletivos e difusos (2019 / 2020), sob a coordenação da Excelentíssima Ministra Maria Isabel Gallotti. Foi designado como Relator do Subgrupo para a elaboração das normas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça;

- Membro do Conselho Editorial da Revista do Conselho Nacional de Justiça (2020 / atual);

- Membro do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 212, do Excelentíssimo Ministro Luiz Fux, Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de elaborar estudos e propostas voltadas à adequação dos tribunais à Lei Geral de Proteção de Dados, sob a coordenação do Excelentíssimo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva (2020 / atual);

- Membro do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 240, do Excelentíssimo Ministro Luiz Fux, Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de elaborar estudos e propostas voltadas ao fortalecimento dos precedentes no sistema jurídico, sob a coordenação do Excelentíssimo Ministro Ilan Paciornik (2020 / atual);

- Membro do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 272, do Excelentíssimo Ministro Luiz Fux, Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, destinado a avaliar e a apresentar medidas voltadas à modernização e à efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de execução e cumprimento de sentença, excluídas as execuções fiscais, sob a coordenação do Excelentíssimo Ministro Marco Aurélio Bellizze (2020 / atual);

- Membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias (2020 / atual).

Supremo Tribunal Federal (STF)

- Membro do Conselho Científico da Revista Suprema – Revista de Estudos Constitucionais do Supremo Tribunal Federal, designado pelo Excelentíssimo Ministro Luiz Fux (2021 / atual)

Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)

- Professor Expositor;

- Membro do Conselho Editorial da Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) (2018 / atual).

Participação em Comissão de Juristas

- Membro da Comissão do Instituto Ibero Americano de Direito Processual que elaborou o Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero América (2002);

- Membro da Comissão do Ministério da Justiça com o objetivo de analisar e elaborar proposta de aprimoramento e modernização da legislação sobre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos (2008 / 2009);

- Membro da Comissão de Juristas do Senado para o acompanhamento da redação final do Código de Processo Civil de 2015 (2014 / 2015).

VI - PRINCIPAIS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado

– Professor Titular de Direito Processual Civil (2017 / atual);

– Professor Associado de Direito Processual Civil (2011 / 2017);

– Professor Adjunto de Direito Processual Civil (2001 / 2011);

– Professor Assistente de Direito Processual Civil (2000 / 2001);

– Monitor de Direito Constitucional (1992).

Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) (Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado) da Universidade Estácio de Sá (UNESA)

– Professor Titular (2002 / atual)

Faculdade de Direito do Ibmec

– Professor Titular (2021 / atual)

UniverCidade – Centro Universitário da Cidade

– Professor Titular, Coordenador-Geral da Escola de Direito e Membro do Conselho Acadêmico (2001 / 2003)

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

– Professor Associado e Substituto (1997 / 1998)

Faculdade de Direito de Teófilo Otoni

– Professor de Direito Processual Civil (1993 / 1994)

Órgãos de Fomento à Pesquisa

– Foi bolsista e atualmente é consultor ad hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (*Deutscher Akademischer Austauschdienst* - DAAD) e da Fundação Alexander Humboldt (*Alexander von Humboldt Stiftung* - AvH)

Max Planck Institute Luxembourg for Procedural Law

– Membro do *Comparative Procedural Law and Justice Project* (CPLJ), projeto mundial "Justiça e Direito Processual Comparado", desenvolvido pelo Max Planck Institute Luxembourg for Procedural Law (MPI-LU) em conjunto com a International Association of Procedural Law (IAPL) (2019 / atual)

Participação no Conselho Editorial de Periódicos:

– Jurispoiesis (2002 / atual);

– Revista de Processo (RePro) (2007 / atual), sendo também Membro do Conselho de Relações Internacionais;

– Gênesis Revista de Direito Processual Civil (2007 / atual);

– Revista Brasileira de Direito Ambiental (2008 / atual);

– Revista Custos Legis - Revista Eletrônica do Ministério Público Federal (2009 / atual);

- Direito Federal (2012 / atual);
- Civil Procedure Review (2013 / atual);
- Revista de Processo Comparado (2014 / atual);
- Revista da Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (AJUFERJES) (2016 / atual);
- Revista Aporia Jurídica (2017 / atual);
- Revista Eletrônica de Direito Processual (REDP) (2017 / atual), sendo também Editor Internacional;
- Revista Judiciária do Paraná (2022 / atual).

VII - PRINCIPAIS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

VII.1 Livros

– *Estudos em Homenagem a Ada Pellegrini Grinover e José Carlos Barbosa Moreira*. 2. ed. São Paulo: Tirant Brasil, 2023, coordenação da obra em conjunto com Adrian Simons, Álvaro Pérez Ragone e Paulo Henrique dos Santos Lucon, em versão impressa e eletrônica.

– *Temas de Direito Processual* - José Carlos Barbosa Moreira - Primeira Série - Atualização. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, coordenação da atualização da obra em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

– *Temas de Direito Processual* - José Carlos Barbosa Moreira - Segunda Série - Atualização. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, coordenação da atualização da obra em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

– *Temas de Direito Processual* - José Carlos Barbosa Moreira - Terceira Série - Atualização. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, coordenação da atualização da obra em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

– *Temas de Direito Processual* - José Carlos Barbosa Moreira - Quarta Série - Atualização. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, coordenação da atualização da obra em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

– *Temas de Direito Processual* - José Carlos Barbosa Moreira - Quinta Série - Atualização. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, coordenação da atualização da obra em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- *Temas de Direito Processual* - José Carlos Barbosa Moreira - Sexta Série - Atualização. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, coordenação da atualização da obra em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- *Temas de Direito Processual* - José Carlos Barbosa Moreira - Sétima Série - Atualização. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, coordenação da atualização da obra em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- *Temas de Direito Processual* - José Carlos Barbosa Moreira - Oitava Série - Atualização. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, coordenação da atualização da obra em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- *Temas de Direito Processual* - José Carlos Barbosa Moreira - Nona Série - Atualização. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, coordenação da atualização da obra em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- *Execução Civil* – Novas Tendências. São Paulo: Editora Foco, 2022, coordenação da obra em conjunto com o Ministro Marco Aurélio Bellizze, Teresa Arruda Alvim e Trícia Navarro Xavier Cabral.

- *Direito Processual*. O Futuro do Direito. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2023, vol. 7, coordenação da obra em conjunto com Luiz Fux, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Humberto Dalla Bernardina de Pinho.

- *Precedentes vinculantes no processo civil e no processo do trabalho brasileiro*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022, coordenação da obra em conjunto com Luiz Fux e Bruno Freire e Silva.

- *Incidente de Assunção de Competência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2021, em coautoria com José Roberto Mello Porto.

- *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*: Panorama e perspectivas. Salvador: Juspodivm, 2020, coordenação da obra em conjunto com José Roberto Mello Porto.

- *Estudos em Homenagem a Ada Pellegrini Grinover e José Carlos Barbosa Moreira.* São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, coordenação da obra em conjunto com Adrian Simons, Alvaro Pérez-Ragone e Paulo Henrique dos Santos Lucon.

- *O Acesso à Justiça e o Direito Processual Internacional/ Access to Justice and International Procedural Law*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, coordenação da obra em conjunto com o Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama.

- *Estudos sobre Mediação no Brasil e no Exterior*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo,2020, coordenação da obra em conjunto com Francisco Javier Gorjón Gómez, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Pereira de Almeida. v. 2.

- *Estudos de Direito Processual em homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro*. Riode Janeiro: Editora GZ, 2019, coordenação da obra em conjunto com Cândido Rangel Dinamarco, Humberto Dalla Bernardina de Pinho e Luiz Fux.

- *Incidente de Assunção de Competência*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2019, em coautoria com José Roberto Mello Porto.

- *O novo Processo Civil brasileiro*: Temas relevantes - Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2018, coordenação da obra em conjunto com José Roberto dos Santos Bedaque, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Teresa Arruda Alvim, volume 1.

- *O novo Processo Civil brasileiro*: Temas relevantes - Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2018, coordenação da obra em conjunto com José Roberto dos Santos Bedaque, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Teresa Arruda Alvim, volume 2.

- *O novo Processo Civil brasileiro*: Temas relevantes - Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2018, coordenação da obra em conjunto com José Roberto dos Santos Bedaque, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Teresa Arruda Alvim, volume 3.

- *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*: Sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2017, livro impresso e e-book.

- *A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015*: Estudos em Homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, coordenação da obra em conjunto com Dierle Nunes e Fernando Gonzaga Jayme.

- *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, coordenação em conjunto com Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Pereira de Almeida.

- *Desafios e potencialidades do centro judiciário de resolução de conflitos do município de Guanambi/BA*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, em coautoria com Cátia Guimarães.

- *O novo Código de Processo Civil*: Programa de Estudos Avançados em Homenagem ao Ministro Arnaldo Esteves Lima. Rio de Janeiro: Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, 2016, coordenação da obra.

- *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, coordenação da obra em conjunto com Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Pereira de Almeida.

- *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, coordenação da obra em conjunto com Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Pereira de Almeida.

- *Novo Código de Processo Civil Comparado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, coordenação da obra em conjunto com Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Pereira de Almeida.

- *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, coordenação da obra em conjunto com Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Pereira de Almeida.

- *Novo Código de Processo Civil Comparado*. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, coordenação da obra em conjunto com Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Pereira de Almeida.

- *Novo Código de Processo Civil Comparado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, coordenação da obra em conjunto com Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Pereira de Almeida.

- *Direito jurisprudencial* - volume II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, coordenação da obra em conjunto com Luiz Guilherme Marinoni e Teresa Arruda Alvim.

- *Ações coletivas e meios de resolução coletiva de conflitos no direito comparado e nacional*. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

- *Mandado de segurança individual e coletivo*: Lei 12.016/2009 comentada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, coordenação da obra.

- *O processo em perspectiva*: Jornadas Brasileiras de Direito Processual - Homenagem a José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, coordenação da obra em conjunto com Teresa Arruda Alvim.

- *Ações coletivas e meios de resolução coletiva de conflitos no direito comparado e nacional*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

- *Competência cível da Justiça Federal*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

- *Ações coletivas no direito comparado e nacional*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

- *Competência cível da Justiça Federal*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

- *Mandado de segurança individual e coletivo*: Lei 12.016/2009 comentada. 1. ed. Niterói: Impetus, 2014, coordenação da obra.

- *Teoria Geral do Processo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

- *Ação coletiva passiva* - Coleção Direito Processual Coletivo. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, em coautoria com Diogo Campos Medina Maia.

- *Direito Processual Coletivo e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, coordenação da obra em conjunto com Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe.

- *Competência cível da Justiça Federal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

- *Ações coletivas no direito comparado e nacional*. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

- *Competência cível da Justiça Federal*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

VII.2 Capítulos de Livros

- O novo Código Civil e o Direito Processual - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 21-24, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- A Emenda Constitucional nº 45 e o Processo - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 41-46, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- O Processo Civil Contemporâneo: um enfoque comparativo - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 63-65, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Correntes e Contracorrentes no Processo Civil Contemporâneo - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 79-82, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- A Revolução Processual Inglesa - Comentários dos Atualizadores. In: In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 99-104, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- O Neoprivativismo no Processo Civil - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 120-122, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- La Significación de las Reformas Procesales - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 137-19, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Proceso y Cultura Latinoamericana - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 154-156, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Vicissitudes da audiência preliminar – Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 168-170, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Anotações sobre o Título 'Da Prova' do novo Código Civil - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 188-194, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- La Negativa de Someterse a una Perícia Médica - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 203-204, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- A Nova Definição de Sentença - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 216-216, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Sentença Executiva? In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 236-238, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Em Defesa da Revisão Obrigatória das Sentenças Contrárias à Fazenda Pública - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 251-254, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- La Definizione di Cosa Giudicata Sostanziale nel Codice di Procedura Civile Brasiliano - Comentários dos Atualizadores. ? In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 263-266, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Solidariedade Ativa: efeitos da sentença e coisa julgada na ação de cobrança proposta por um único credor - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 281-284, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Considerações sobre a Chamada "Relativização" da Coisa Julgada Material - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 316-320, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Restrições Ilegítimas ao Conhecimento dos Recursos - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 337-338, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Questões de Técnica de Julgamento nos Tribunais - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 354-358, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Súmula, Jurisprudência, Precedente: uma escalada e seus riscos - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 373-378, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Cumprimento' e 'Execução' de Sentença: necessidade de esclarecimentos conceituais - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 397-399, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Notas sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Estrangeiras - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 409-412, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Breves Observações sobre a Execução de Sentença Estrangeira à Luz das Recentes Reformas do CPC - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed; Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 422-424, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- A Expressão "Competência Funcional" no Art. 2º da Lei da Ação Civil Pública. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed; Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 438-442, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- O Problema da Duração Razoável dos Processos: Premissas para uma Discussão Séria - Comentários dos Atualizadores. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Carlos Roberto Barbosa Moreira; Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (Coordenadores da Atualização). *Temas de Direito Processual* – Nona Série. 2.ed; Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 454-456, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Sistema brasileiro de precedentes. In: Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues (Coord.); Reynaldo Soares da Fonseca (Coord.). *Repensar a Justiça.* Estudos em homenagem à Ministra Assussete Magalhães. Belo Horizonte: D`Plácido, 2023, p. 691-708.

- Jurisprudência e Precedentes no Direito Brasileiro Contemporâneo: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira e Ada Pellegrini Grinover. In: Adrian Simons; Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Alvaro Pérez Ragone;Paulo Henrique Dos Santos Lucon. *Estudos em Homenagem a Ada Pellegrini Grinover e José Carlos Barbosa Moreira*. 2.ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023, p. 758-776, versão impressa e e-book.

- Breves anotações sobre o sistema brasileiro de precedentes. In: Gilmar Ferreira Mendes; Victor Marcel Pinheiro (Coords.). *Súmulas, teses e precedentes*: estudos em homenagem a Roberto Rosas. Rio de Janeiro: GZ, 2023, p. 3-17.

- O Código de Processo Civil de 2015 e a Advocacia. In: Firly Nascimento Filho; Márcio Vieira Souto Costa Ferreira; Renato Beneduzi (Coords.). *Estudos em Homenagem a Sérgio Bermudes*. Rio de Janeiro: GZ, p. 1-12.

- A audiência de conciliação ou de mediação no novo Código de Processo Civil. In: Hermes Zaneti Jr.; Trícia Navarro Xavier Cabral (Orgs.). *Justiça Multiportas.* 3.ed. Salvador: Juspodivm, p. 469-485, em coautoria com Guilherme Kronemberg Hartmann.

- Os precedentes judiciais vinculantes e as garantias processuais. In: Anderson Schreiber, Marco Aurélio Bezerra de Melo (Coords.). *Direito e Transformação Social.* Indaiatuba: Editora Foco, 2023, p. 663-674.

- Comentários ao Artigo 71 da Lei do Inquilinato. In: Werson Rêgo; Fábio de Oliveira Azevedo (Orgs.). *Comentários à Lei do Inquilinato*. Rio de Janeiro: GZ, p. 389-393.

- Comentários ao Artigo 73 da Lei do Inquilinato. In: Werson Rêgo; Fábio de Oliveira Azevedo (Orgs.). *Comentários à Lei do Inquilinato*. Rio de Janeiro: GZ, p. 395-397.

- Comentários ao Artigo 75 da Lei do Inquilinato. In: Werson Rêgo; Fábio de Oliveira Azevedo (Orgs.). *Comentários à Lei do Inquilinato*. Rio de Janeiro: GZ, p. 400-402.

- O sistema de precedentes e a segurança jurídica para o setor de ensino superior privado no Brasil. In: Maria Goldberg (Coord.). *Questões jurídicas atuais e perspectivas futuras sobre o ensino superior privado no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2023, p. 281-298.

- Sistema Brasileiro de Precedentes: principais características e desafios. In: Luiz Fux; Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Bruno Freire e Silva(Coords.). *Precedentes vinculantes no processo civil e no processo do trabalho brasileiro*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022, p. 351-365.

- Jurisprudência e Precedentes no Direito Brasileiro Contemporâneo: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira e Ada Pellegrini Grinover. In: Luiz Fux; Paulo Cezar Pinheiro Carneiro; Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Humberto Dalla Bernardina de Pinho (Coords.). *Direito Processual*. O Futuro do Direito. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2022, vol. 7, p. 13-50.

- Inovações tecnológicas, acesso à justiça, Poder Judiciário, Advocacia e Direito. In: Luiz Fux; Humberto Martins; Valter Shuenquener (Coords.). *O Judiciário do Futuro*. Justiça 4.0 e o processo contemporâneo. São Paulo: RT, 2022, p. 223-234.

- Notas Introdutórias. In: José Sebastião Fagundes Cunha; Antonio César Bochenek; Eduardo Cambi. (Org.). *Código de Processo Civil Comentado*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2022, p. 69-74.

- O IRDR e o Requisito da Efetiva Repetição de Processos (Ou Causas Pendentes) que Dependam da Solução da Questão Comum de Direito a Ser Uniformizada. In: Alexandre Freitas Câmara; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. *Temas Contemporâneos de Direito Processual*: reflexões sobre a vigência do Código de Processo Civil de 2015. Londrina: Editora Thoth, 2022, p. 483-499.

- Direito Processual Comparado, Teoria Geral do Processo e Precedentes. In: Cândido da Silva Dinamarco; Carlos Alberto Carmona; Flávio Luiz Yarshell; José Roberto dos Santos Bedaque; José Rogério Cruz e Tucci; Pedro da Silva Dinamarco. (Org.). *Estudos em Homenagem a Cândido Rangel Dinamarco*. Malheiros: São Paulo, 2022, v. 1, p. 33-55, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- O futuro do processo coletivo no Brasil: um olhar a partir do Projeto de Lei nº 4.778/2020 (Lei das Ações Coletivas). In: Edilson Vitorelli; Gustavo Osna; Hermes Zaneti Jr.; Luís Alberto Reichelt; Marco Félix Jobim; Rogéria Dotti. (Org.). *Coletivização e Unidade do Direito*. Londrina: Editora Thoth, 2022, v. 1, p. 29-37.

- Breves Considerações sobre Desafios e Perspectivas para a Eficiência do Cumprimento de Sentença e do Processo de Execução no Brasil. In: Marco Aurélio Bellizze (Coord.); Aluisio Gonçalves de Castro Mendes (Coord.); Teresa Arruda Alvim (Coord.); Trícia Navarro Xavier Cabral (Coord.). *Execução Civil* – Novas Tendências. São Paulo: Editora Foco, 2022, p. 69-77, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- O Sistema Brasileiro de Precedentes, o Processo Penal e o Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça para o Fortalecimento dos Precedentes. In: Guilherme Madeira (Coord.); Gustavo Badaró (Coord.); Ministro Rogerio Schietti Cruz (Coord.). *Código de Processo Penal*: estudos comemorativos aos 80 anos de vigência. São Paulo: RT, 2021, p. 713-726.

- O IRDR e o Requisito da Efetiva Repetição de Processos (Ou Causas Pendentes) que Dependam da Solução da Questão Comum de Direito a Ser Uniformizada. In: Marcelo Navarro Ribeiro Dantas (Coord.). *Inovações no Sistema de Justiça*. Meios alternativos de resolução de conflitos, justiça multiportas e iniciativas para a redução da litigiosidade. São Paulo: RT, 2021, p. 357-374.

- A contribuição do Jurista, Professor e Ministro Luiz Fux para o saneamento básico e a proteção dos direitos fundamentais no Brasil. In: Leandro Frota; Manoel Peixinho. *Marco Regulatório do Saneamento Básico:* estudos em homenagem ao Ministro Luiz Fux. Brasília: OAB Editora, 2021, p. 33 – 47, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Comentários ao Enunciado 21 da ENFAM. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Marco Aurélio Ventura Peixoto; Silvano José Gomes Flumignan. (Org.). *Enunciados ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) organizados por assunto, anotados e comentados* (2021). 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, v. 1, p. 236-242, em coautoria com Odilon Romano Neto.

- Comentários ao Enunciado 22 da ENFAM. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Marco Aurélio Ventura Peixoto; Silvano José Gomes Flumignan. (Org.). *Enunciados ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) organizados por assunto, anotados e comentados* (2021). 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, v. 1, p. 242-249.

- Comentários ao Enunciado 44 da ENFAM. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Marco Aurélio Ventura Peixoto; Silvano José Gomes Flumignan. (Org.). *Enunciados ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) organizados por assunto, anotados e comentados* (2021). 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2021, v. 1, p. 249-254, em coautoria com Odilon Romano Neto.

- É possível a fixação de tese provisória em sede de tutela de urgência em incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR? In: *O CPC de 2015 Visto pelo STJ*.1. ed. São Paulo: RT, 2021, v.1, p. 1119-1144, em coautoria com Rodrigo Fux.

- As sessões de julgamento virtual e videoconferência. In: Bruno Barata; Laryssa Almeida; Leandro Frota. (Org.). *Ensaios sobre a transformação digital no direito*: estudos em homenagem ao ministro Kassio Nunes Marques. 1ed. Brasília: OAB Editora, 2021, v. 1, p. 31-42, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- O Direito Processual Comparado no Mundo Contemporâneo. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Guilherme Calmon Nogueira da Gama. (Org.). *O Acesso à Justiça e o Direito Processual Internacional/ Access to Justice and International Procedural Law*. 1ed.: 2020, v. p. 1-19.

- *Comparative Procedural Law in the Contemporary World*. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Guilherme Calmon Nogueira da Gama. (Org.). *O Acesso à Justiça e o Direito Processual Internacional/ Access to Justice and International Procedural Law*. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, p. 21-37.

- Jurisprudência e Precedentes no Direito Brasileiro Contemporâneo: Estudos em Homenagem a José Carlos Barbosa Moreira e Ada Pellegrini Grinover. In: Adrian Simons; Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Alvaro Pérez Ragone; Paulo Henrique dos Santos Lucon. (Org.). *Estudos em Homenagem a Ada Pellegrini Grinover e José Carlos Barbosa Moreira*. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, v. 1, p. 85-103.

- Comentários ao Recurso Extraordinário 631.240, de Relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso. In: Larissa Pinho de Alencar Lima. (Org.). *Estudos em Homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso* - Comentários aos principais votos do Ministro Barroso. 1ed.Curitiba: Juruá, 2020, p. 31-48, em coautoria com Jorge Luis da Costa Silva.

- O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e o requisito da efetiva repetição de processos (ou causas pendentes) que dependam da solução da questão comum de direito a ser dirimida. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; José Roberto Mello Porto. (Org.). *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*: Panorama e perspectivas. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, v. 1, p. 385-400.

- Covid-19 e o Poder Judiciário: uma perspectiva comparada. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmen Silvia L. de Arruda; Rafael Hamze Issa; Rafael Wallbach Schwind. (Org.). *Direito em Tempos de Crise*: Covid-19. Democracia - Judicialização - Administrativo. 1ed. São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. 3, p. 159-166.

- Reflexões para o direito processual coletivo no panorama mundial e nacional do século XXI à luz das recentes reformas nas *class actions* norte-americanas. In: Edis Milaré (coordenador). (Org.). *Ação Civil Pública após 35 anos*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, p. 213-244, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes, em versão impressa e e-book.

- A solução consensual de conflitos nos procedimentos concentrados: uma perspectiva comparada. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Francisco Javier Gorjón Gómez; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Estudos sobre Mediação no Brasil e no Exterior*. 1ed.Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2020, v. 2, p. 9-16, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Comentários ao Enunciado 21 da ENFAM. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Marco Aurélio Ventura Peixoto; Silvano José Gomes Flumignan. (Org.). *Enunciados ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) organizados por assunto, anotados e comentados*. 1ed. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 236-242, em coautoria com Odilon Romano Neto.

- Comentários ao Enunciado 22 da ENFAM. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Marco Aurélio Ventura Peixoto; Silvano José Gomes Flumignan. (Org.). *Enunciados ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados)*. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 242-249.

- Comentários ao Enunciado 44 da ENFAM. In: Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Marco Aurélio Ventura Peixoto; Silvano José Gomes Flumignan. (Org.). *Enunciados ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) organizados por assunto, anotados e comentados*. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2019, v. 1, p. 249-254, em coautoria com Odilon Romano Neto.

- A tutela provisória no ordenamento jurídico brasileiro: a nova sistemática estabelecida pelo CPC/2015 comparada às previsões do CPC/1973. In: Eduardo José da Fonseca Costa; Mateus Costa Pereira; Roberto P. Campos Gouveia Filho. (Org.). *Coleção Grandes Temas do CPC*: Tutela Provisória. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2019, v. 6, p. 27-50, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Ações coletivas e danos transnacionais. In: Hermes Zaneti Jr.; Marco Antonio Rodrigues. (Org.). *Coleção Grandes Temas do novo CPC*: Cooperação internacional. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2019, v. 13, p. 63-80, em coautoria

com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Resgatando a genealogia do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Cândido Rangel Dinamarco; Humberto Dalla Bernardina de Pinho; Luiz Fux. (Org.). *Estudos de direito processual em homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2019, v. 1, p. 1-13.

- O julgamento liminar de improcedência do pedido. In: Humberto Dalla Bernardina de Pinho; Flávia Pereira Hill. (Org.). *Diálogos sobre o Código de Processo Civil*: críticas e perspectivas. 1ed. Santa Cruz do Sul: *Essere nel Mondo*, 2019, p. 9-20, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Eles, os Juízes, vistos por um Advogado. In: José Roberto de Castro Neves. (Org.). *O que os grandes livros ensinam sobre Justiça*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019, v. 1, p. 459-474, em coautoria com Jorge Luis da Costa Silva.

- A tutela provisória no ordenamento jurídico brasileiro: a nova sistemática estabelecida pelo CPC/2015 comparada às previsões do CPC/1973. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr. (Org.). *Doutrinas Essenciais*. Novo Processo Civil. 2. ed. São Paulo: RT, 2018, v. III, p. 63-88, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Restrições à tutela de urgência em face da fazenda pública em demandas individuais e coletivas. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr. (Org.). *Doutrinas Essenciais*. Novo Processo Civil. 2. ed. São Paulo: RT, 2018, v. III, p. 583-594, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- O julgamento liminar de improcedência do pedido: a previsão do CPC/2015 comparada à do CPC/1973. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr. (Org.). *Doutrinas Essenciais*. Novo Processo Civil. 2. ed. São Paulo: RT, 2018, v. IV, p. 147-162, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- A audiência de conciliação ou de mediação no novo Código de Processo Civil. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr. (Org.). *Doutrinas Essenciais*. Novo Processo Civil. 2. ed. São Paulo: RT, 2018, v. IV, p. 273-294, em coautoria com Guilherme Hartmann.

- Análise da relação entre o novo incidente de resolução de demandas repetitivas e o microssistema dos juizados especiais. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr. (Org.). *Doutrinas Essenciais*. Novo Processo Civil. 1. ed. São Paulo: RT, 2018, v. VII, p. 333-367, em coautoria com Odilon Romano Neto.

- O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr. (Org.). *Doutrinas Essenciais*. Novo Processo Civil. 1. ed. São Paulo: RT, 2018, v. VII, p. 369-418, em coautoria com Sofia Temer.

- O Direito Processual Coletivo e o novo Código de Processo Civil: Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; José Roberto dos Santos Bedaque; Paulo Cezar Pinheiro Carneiro; Teresa Arruda Alvim. (Org.). *O Novo Processo Civil Brasileiro*. Temas relevantes - Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux. 1ed. Rio de Janeiro: GZ, 2018, v. 1, p. 1-12, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- A Recomendação da União Europeia, de 11 de junho de 2013, sobre as ações coletivas. In: Gustavo Lanna Murici; Oscar Valente Cardoso; Raphael Silva Rodrigues. (Org.). *Estudos de direito processual e tributário em homenagem ao Ministro Teori Zavascki*. 1. ed. Belo Horizonte: D`Plácido, 2018, v. 1, p. 63-80, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Artigo 96 da Constituição. In: Alexandre de Moraes et al. (Org.). *Constituição Federal Comentada*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2018, p. 832-844.

- Artigo 97. In: Alexandre de Moraes et al. (Org.). *Constituição Federal Comentada*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2018, v. 1, p. 845-849.

- Mandado de Segurança. In: Eduardo Arruda Alvim; George Salomão Leite; Lenio Streck. (Org.). *Curso de Direito Constitucional*. 1. ed. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018, v. 1, p. 409-424.

- A audiência de conciliação ou de mediação no novo Código de Processo Civil. In: Hermes Zaneti Jr. e Trícia Navarro Xavier Cabral. (Org.). *Coleção Grandes Temas do novo CPC* - Justiça Multiportas - Mediação, Conciliação, Arbitragem e outros meios de solução adequada de conflitos. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2018, v. 9, p. 109-128, em coautoria com Guilherme Hartmann.

- A audiência de conciliação ou de mediação no novo Código de Processo Civil. In: Hermes Zaneti Jr; Trícia Navarro Xavier Cabral. (Org.). *Coleção Grandes Temas do Novo CPC* - Justiça Multiportas - Mediação, Conciliação, Arbitragem e outros meios de solução adequada de conflitos. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, v. 9, p. 109-128, em coautoria com Guilherme Hartmann.

- A Constitucionalidade da Aplicação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas aos Juizados Especiais. In: Antonio Carvalho Filho; Herval Sampaio Junior. (Org.). *Os Juízes e o Novo CPC*. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, v. 1, p. 373-412, em coautoria com Odilon Romano Neto.

- A efetivação do crédito e os cadastros de inadimplentes no novo Código de Processo Civil: breves notas. In: Francisco Antônio de Barros e Silva Neto; Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Leonardo Carneiro da Cunha; Roberto Paulino de Albuquerque Júnior; Venceslau Tavares Costa Filho. (Org.). *Relações e Influências Recíprocas entre Direito Material e Direito Processual*: Estudos em Homenagem ao Professor Torquato Castro. 1ed. Salvador: Juspodivm, 2017, v. 1, p. 71-84, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Geral - Livro I - Título único - Capítulo I - Das Normas Fundamentais do Processo Civil - Artigos 1 a 12. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 1-16, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro I - Título Único - Capítulo II - Da Aplicação das Normas Processuais - Artigos 13 a 15. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 16-19, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título I - Da Jurisdição e da Ação - Artigos 16 a 20. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 19-24, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título II - Capítulo I - Dos Limites da Jurisdição Nacional - Artigos 21 a 25. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 24-33, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título II - Capítulo II - Da Cooperação Internacional - Artigos 26 a 41. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 33-47, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Livro III - Título I - Capítulo I - Disposições Gerais - Artigos 926 a 928. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 559-564, em coautoria com Bruno Miola, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Almeida.

- Livro III - Título I - Capítulo II - Da Ordem dos Processos no Tribunal - Artigos 929 a 946. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 565-579, em coautoria com Bruno Miola, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Almeida.

- Livro III - Título I - Capítulo III - Do Incidente de Assunção de Competência - Artigo 947. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 580-582, em coautoria com Bruno Miola, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Almeida.

- Livro III - Título I - Capítulo III - Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade - Artigos 948 a 950. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 582-584, em coautoria com Bruno Miola, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Almeida.

- Livro III - Título I - Capítulo V - Do Conflito de Competência - Artigos 951 a 959. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 584-587, em coautoria com Bruno Miola, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Almeida.

- Livro III - Título I - Capítulo VI - Da Homologação de Decisão Estrangeira e da Concessão de Exequatur à Carta Rogatória - Artigos 960 a 965. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 587-592, em coautoria com Bruno Miola, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Almeida.

- Livro III - Título I - Capítulo VII - Da Ação Rescisória - Artigos 966 a 975. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 593-600, em coautoria com Bruno Miola, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Almeida.

- Livro III - Título I - Capítulo VIII - Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 601-616, em coautoria com Bruno Miola, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Almeida.

- Livro III - Título I - Capítulo IX - Da Reclamação - Artigos 616 a 619. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 4. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2017, p. 616-619, em coautoria com Acioli Viana, Larissa Clare Pochmann da Silva e Marcelo Almeida.

- Breves considerações sobre o caráter vinculativo da jurisprudência e dos precedentes no artigo 927 do novo Código de Processo Civil. In: Dierle Nunes; Aluisio Mendes; Fernando Gonzaga Jayme. (Org.). *A nova Aplicação da Jurisprudência e Precedentes no CPC/2015*. Estudos em Homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 119-130.

- O sequestro da quantia devida pela Fazenda Pública à luz do CPC/2015. In: George Salomão Leite; Lenio Streck; Nelson Nery Jr. (Org.). *Crise dos Poderes da República. Judiciário, Legislativo e Executivo*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 1, p. 477-490, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Livro V - Da Tutela Provisória - Título I - Disposições Gerais - Arts. 294 a 299. In: Angélica Arruda Alvim; Araken de Assis; Eduardo Arruda Alvim; George Salomão Leite. (Org.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 391-398, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Capítulo VIII - Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - art. 976 a 987. In: Lenio Luiz Streck; Dierle Nunes; Leonardo Carneiro da Cunha; Alexandre Freire. (Org.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 1311-1333, em coautoria com Sofia Temer.

- *Some Remarks about Collective Procedural Law and the New Brazilian Civil Procedure Code*. In: Loïc Cadiet; Burkhard Hess; Marta Requejo Isidro. (Org.). *Approaches to Procedural Law. The Pluralism of Methods*. 1ed. Baden-Baden: Nomos, 2017, v. 1, p. 491-505.

- Poeira no Asfalto: Um Caso Inusitado Diante dos Princípios da Boa-Fé e da Duração Razoável do Processo. In: Alexandre Vidigal de Oliveira; Vladimir Passos de Freitas. (Org.). *Justiça Federal* - 50 anos - Seus casos e suas causas contados por seus Juízes. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 131-136.

- Enunciado 155 do FONAJEF. In: Antônio César Bochenek, Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Márcio Augusto Nascimento. (Org.). *Enunciados FONAJEF*. Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, v. 8, p. 184-184.

- Enunciado 145 do FONAJEF. In: Antônio César Bochenek, Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Márcio Augusto Nascimento. (Org.). *Enunciados FONAJEF*. Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, v. 8, p. 185-186.

- Enunciado 132 do FONAJEF. In: Antônio César Bochenek, Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Márcio Augusto Nascimento. (Org.). *Enunciados FONAJEF*. Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, v. 8, p. 293-295.

- Enunciado 157 do FONAJEF. In: Antônio César Bochenek, Frederico Augusto Leopoldino Koehler; Márcio Augusto Nascimento. (Org.). *Enunciados FONAJEF*. Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, v. 8, p. 295-296.

- Acesso à justiça: uma releitura da obra de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, a partir do Brasil, após 40 anos. In: Ángel Landoni Sosa; Santiago Pereira Campos. (Org.). *Estudios de Derecho Procesal. En homenaje a Eduardo J. Couture*. Tomo II. *Constitución y proceso. Principios y garantías*. 1ed. Montevidéu: La Ley, 2017, v. 2, p. 1-29, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Capítulo 1 - A Gratuidade de Justiça e a Assistência Jurídica Gratuita no Novo Código de Processo Civil. In: DIDIER JR., Fredie; SOUSA, José Augusto Garcia de. (Org.). *Repercussões do Novo CPC*: Defensoria Pública. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 05, p. 23-38, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva e Susana Cadore Nunes Barreto.

- Parte Geral - Livro I - Título Único - Capítulo I - Das Normas Fundamentais do Processo Civil - Arts. 1º a 12. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 1-15, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro I - Título Único - Capítulo II - Da Aplicação das Normas Processuais - Arts. 13 a 15. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 01, p. 16-18, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título I - Da Jurisdição e da Ação - Arts. 16 a 20. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 01, p. 19-23, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título II - Capítulo I - Dos Limites da Jurisdição Nacional - Arts. 21 a 25. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 24-32, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título II - Capítulo II - Da Cooperação Internacional - Arts. 26 a 41. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 33-47, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo I - Disposições Gerais - Arts. 926 a 928. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 545-545, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo III - Do Incidente de Assunção de Competência - Art. 947. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 566-566, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo IV - Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade - Arts. 948 a 950. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 568-569, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo V - Do conflito de Competência - Arts. 951 a 959. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 570-572, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Especial - Livro III - título I - Capítulo VI - Da Homologação de Decisão Estrangeira e da concessão do Exequatur à Carta Rogatória - Arts. 960 a 965. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 573-578, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - título I - Capítulo VII - Da Ação Rescisória - Arts. 966 a 975. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 579-585, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo VIII - Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Arts. 976 a 987. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 586-597, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo IX - Da Reclamação - Arts. 988 a 993 - 2ª ed. In: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Larissa Clare Pochmann da Silva; Marcelo Pereira de Almeida. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, v. 1, p. 598-599, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo I - Da Ordem dos Processos no Tribunal - arts. 929 a 946. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016, p. 546-565, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Ações coletivas e incidente de resolução de demandas repetitivas: algumas considerações sobre a solução coletiva de conflitos. In: Hermes Zaneti Jr. (Org.). *Processo Coletivo*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 535-566, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- O incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. In: Hermes Zaneti Jr. (Org.). *Processo Coletivo*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 581-622, em coautoria com Sofia Temer.

- O CADIN e o Cadastro de Inadimplentes do novo CPC. In: Fernanda Duarte; Gilson Bomfim; Janssen Murayama. (Org.). *A LEF e o Novo CPC*: Reflexões e Tendências. O que ficou e o que mudará. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 91-97, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte III - Capítulo 26 - Precedente e IRDR: algumas considerações. In: Fredie Didier Jr.; Leonardo Carneiro da Cunha; Lucas Buril de Macêdo; Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr. (Org.). *Coleção Grandes Temas do novo CPC* - Precedentes. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 3, p. 569-591, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Livro V - Da Tutela Provisória - Título I - Disposições Gerais - Arts. 294 a 299. In: Angélica Arruda Alvim; Araken de Assis; Eduardo Arruda Alvim; George Salomão Leite. (Org.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1, p. 380-387, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Geral - Livro I - Título Único - Capítulo I - Das Normas Fundamentais do Processo Civil. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira da. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 1-16, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro I - Título Único - Capítulo II - Da Aplicação das Normas Processuais. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 16-19, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título I - Da Jurisdição e da Ação. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 19-24, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título II - Capítulo I - Dos Limites da Jurisdição Nacional. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 24-33, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título II - Capítulo II - Da Cooperação Internacional. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 33-47, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo I - Disposições Gerais. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 553-559, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo II - Da Ordem dos Processos no Tribunal. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 559-574, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo III - Do Incidente de Assunção de Competência. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 574-576, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo IV - Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 576-578, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo V - Do Conflito de Competência. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 578-581, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo VII - Da Ação Rescisória. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 587-594, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo VIII - Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 595-610, em coautoria com Acioli Viana e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo IX - Da Reclamação. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 610-613, em coautoria com Acioli Viana e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Processos coletivos na Ibero-América. In: Paulo Henrique dos Santos Lucon, Ricardo de Carvalho Aprigliano, João Paulo Hecker da Silva, Ronaldo Vasconcelos e André Orthmann. (Org.). *Processo em Jornadas. XI Jornadas Brasileiras de Direito Processual*. XXV Jornadas Ibero-Americanas de Direito Processual. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 1013-1045.

- *Control de convencionalidad y eficacia de las decisiones de la corte interamericana de derechos humanos* - Brasil. In: Paulo Henrique dos Santos Lucon; Ricardo de Carvalho Aprigliano; João Paulo Hecker da Silva; Ronaldo Vasconcelos; André Orthmann. (Org.). *Processo em Jornadas*. XI Jornadas Brasileiras de Direito Processual. XXV Jornadas Ibero-Americanas de Direito Processual. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 1401-1406, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Capítulo VIII - Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - art. 976 a 987. In: Lenio Luiz Streck; Dierle Nunes; Leonardo Carneiro da Cunha. (Org.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 1271-1293, em coautoria com Sofia Temer.

- Título II - Capítulo I - Dos Limites da Jurisdição Nacional - art. 21 a 25. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Fredie Didier Jr.; Eduardo Talamini; Bruno Dantas. (Org.). *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 119-126, em coautoria com Henrique Ávila.

- Título II - Capítulo VI - Seção I - Do recurso ordinário (arts. 1.027 e 1.028). In: Antonio do Passo Cabral, Ronaldo Cramer. (Org.). *Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 1541-1544, em coautoria com Sofia Temer.

- Parte Geral - Livro II - Título II - Capítulo I - Dos Limites da Jurisdição Nacional. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Fredie Didier Jr.; Eduardo Talamini; Bruno Dantas. (Org.). *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 125-132, em coautoria com Henrique Ávila.

- Os impactos do novo CPC a razoável duração do processo. In: Lucas Buril de Macêdo; Ravi Peixoto; Alexandre Freire. (Org.). *Coleção Novo CPC* - Doutrina Selecionada - Parte Geral. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 1, p. 443-454, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Capítulo 2 - A efetivação do crédito e os cadastros de inadimplentes no novo Código de Processo Civil: breves notas. *Coleção Novo CPC* - Doutrina Selecionada - Execução. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 5, p. 521-533, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do Novo Código de Processo Civil. In: Lucas Buril de Macêdo; Ravi Peixoto; Alexandre Freire. (Org.). *Coleção Novo CPC* - Doutrina Selecionada - Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 6, p. 313-357, em coautoria com Sofia Temer.

- Algumas considerações sobre a penhora e a avaliação na lei de execução fiscal e as disposições do Código de Processo Civil de 2015. In: Marco Antonio Rodrigues; Cássio Scarpinella Bueno. (Org.). *Coleção Repercussões do Novo CPC* - Processo Tributário. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 16, p. 33-46, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Capítulo 1 - Juizados Especiais e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: Reynaldo Soares da Fonseca; Roberto Carvalho Veloso. (Org.). *Justiça Federal*: Estudos em homenagem ao desembargador federal Leomar Amorim. 1. ed. Belo Horizonte: D' Plácido, 2016, p. 19-61, em coautoria com Odilon Romano.

- A efetivação do crédito e os cadastros de inadimplentes no novo Código de Processo Civil: breves notas. In: Carlos Roberto Jatahy; Diogo Assumpção Rezende de Almeida; Luiz Roberto Ayoub. (Org.). *Reflexões sobre o novo Código de Processo civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 453-464, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Acesso à Justiça: a Efetividade dos Serviços Prestados pelo Projeto "Balcão de Justiça e Cidadania" no Município de Guanambi/BA. In: Carlos Eduardo Adriano Japiassú; Fábio Corrêa Souza de Oliveira. (Org.). *Direito Público e Evolução Social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 29-47, em coautoria com Cátia Guimarães.

- Breves e Iniciais Considerações sobre a Tutela Provisória no Novo Código de Processo Civil. In: Carlos Eduardo Adriano Japiassú; Fábio Corrêa Souza de Oliveira. (Org.). *Direito Público e Evolução Social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 99-115, em coautoria com Bruno Vargens Nunes.

- Mediação e Acesso à Justiça: o Projeto de Balcão de Justiça e Cidadania no Estado da Bahia. In: Carlos Eduardo Adriano Japiassú; Fábio Corrêa Souza de Oliveira. (Org.). *Direito Público e Evolução Social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 217-231, em coautoria com Yana Amorim.

- O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Novo Mecanismo de Combate às Ações Seriais, Existente no NCPC. In: Carlos Eduardo Adriano Japiassú; Fábio Corrêa Souza de Oliveira. (Org.). *Direito Público e Evolução Social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 249-265, em coautoria com Murilo Martins Camelo.

- Dos Limites da Jurisdição Nacional. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Fredie Didier Jr.; Eduardo Talamini; Bruno Dantas. (Org.). *Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil* - de Acordo com as Alterações da Lei 13.256/2016. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 119-126, em coautoria com Henrique Ávila.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo VI - Da Homologação de Decisão Estrangeira e da Concessão de Exequatur à Carta Rogatória. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 3. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2016, p. 581-587, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Dos limites da jurisdição nacional. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Fredie Didier Jr.; Eduardo Talamini; Bruno Dantas. (Org.). *Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 105-112, em coautoria com Henrique Ávila.

- Precedente e IRDR: algumas considerações. In: DINIZ, João Janguiê Bezerra; ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de Andrade; RIBEIRO, Marcelo. (Org.). *Estado Democrático de Direito, Acesso à Justiça e Globalização Excludente*. 1. ed. Brasília: Gomes e Oliveira Livraria e Editora, 2015, v. 01, p. 21-43, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Geral - Livro I - Título Único - Capítulo I - Das Normas Fundamentais Do Processo Civil - Notas aos Artigos 1 a 12 - 1ª ed. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 1-15, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro I - Título Único - Capítulo II - Da Aplicação das Normas Processuais - Arts. 13 a 15 - 1ª ed. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 16-18, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título I - Da Jurisdição e da Ação - Arts. 16 a 20 - 1ª ed. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 19-23, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título II - Capítulo I - Dos Limites Da Jurisdição Nacional - Arts. 21 a 25 - 1ª ed. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 24-32, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Geral - Livro II - Título II - Capítulo II - Da Cooperação Internacional - Arts. 26 a 41 - 1ª ed. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 33-47, em coautoria com Elpídio Paiva e Marcelo Almeida.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo I - Disposições Gerais - arts. 926 a 928 - 1ª ed. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann de; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 536-541, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo II - Da Ordem Dos Processos No Tribunal - arts. 929 a 946. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 542-556, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo III - Do Incidente de Assunção de Competência - art. 947 In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann de; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 557-559, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo IV - Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade - arts. 948 a 950. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann de; ALMEIDA, Marcelo Pereira da. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 559-560, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo V - Do Conflito de Competência - arts. 951 a 959. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 561-564, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo VI - Da Homologação De Decisão Estrangeira e da Concessão do Exequatur à Carta Rogatória - arts. 960 a 965. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann de; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de janeiro: GZ, 2015, p. 564-569, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo VII - Da Rescisória - arts. 966 a 975. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da Silva; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 570-576, em coautoria com Bruno Miola e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo VIII - Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - arts. 976 a 987. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann da; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015, p. 577-588, em coautoria com Acioli Viana e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte Especial - Livro III - Título I - Capítulo IX - Da Reclamação - arts. 988 a 993 - 1ª ed. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Larissa Clare Pochmann de; ALMEIDA, Marcelo Pereira de. (Org.). *Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado*. 1. ed. Rio de janeiro: GZ, 2015, p. 589-591, em coautoria com Acioli Viana e Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Capítulo 1 - O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e os Juizados Especiais. In: Fernando Gajardoni. (Org.). *Repercussões do novo CPC* - Magistratura. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2015, v. 01, p. 15-59, em coautoria com Odilon Romano Neto.

- Capítulo 26 - Precedentes e IRDR: algumas considerações. In: Fredie Didier Jr; Leonardo Carneiro da Cunha; Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr; Lucas Buril de Macêdo. (Org.). *Coleção Grandes Temas do novo CPC* - Precedentes. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2015, v. 03, p. 567-589, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Ações coletivas, prescrição e juros: considerações atuais. In: Edis Milaré. (Org.). *Ação Civil Pública Após 30 Anos*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 01, p. 53-60, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Parte 1- Capítulo 11 - O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: Lucas Buril de Macêdo; Ravi Peixoto; Alexandre Freire. (Org.). *Coleção Novo CPC* - Doutrina Selecionada - Processo nos Tribunais e Meios de Impugnação às Decisões Judiciais. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2015, v. 06, p. 225-269, em coautoria com Sofia Temer.

- Capítulo V- Dos Embargos de Declaração. In: Antonio do Passo Cabral; Ronaldo Cramer. (Org.). *Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015, v. 01, p. 1511-1518, em coautoria com Sofia Temer.

- Capítulo VI - Dos Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. In: Antonio do Passo Cabral; Ronaldo Cramer. (Org.). *Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015, v. 01, p. 1518-1520, em coautoria com Sofia Temer.

- Os impactos do Novo CPC na razoável duração do processo. In: Fredie Didier Jr; Lucas Buril de Macêdo; Peixoto, Ravi; Freire, Alexandre. (Org.). *Novo CPC* - Doutrina Selecionada - volume 1 - Parte Geral. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2015, v. 01, p. 307-317, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- A territorialidade da ação civil pública trabalhista e a proteção de direitos coletivos que podem não ser tão coletivos assim. In: Carolina Tupinambá. (Org.). *Procedimentos Especiais na Justiça do Trabalho*. 1. ed. São Paulo: LTr Editora Ltda, 2015, v. 01, p. 311-324, em coautoria com Carolina Tupinambá.

- Notas Introdutórias. In: José Sebastião Fagundes Cunha; Antonio César Bochenek; Eduardo Cambi. (Org.). *Código de Processo Civil Comentado*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 01, p. 15-20.

- O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do novo Código de Processo Civil. In: Carlos Eduardo Guerra de Moraes; Ricardo Lodi Ribeiro. (Org.). *Direito Processual* - Coleção Direito UERJ 80 anos. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015, v. 7, p. 77-122, em coautoria com Sofia Temer.

- O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do novo Código de Processo Civil. In: Cassio Scarpinella Bueno. (Org.). *Programa de Atualização em Direito: Direito Processual Civil*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2015, v. 1, p. 129-169, em coautoria com Sofia Temer.

- Precedentes e jurisprudência: papel, fatores e perspectivas no direito brasileiro contemporâneo. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; MARINONI, Luiz Guilherme; WAMBIER, Teresa Arrua Alvim. (Org.). *Direito Jurisprudencial* - volume II. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. II, p. 11-37.

- A legitimação, a representatividade adequada e a certificação nos processos coletivos e as ações coletivas passivas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antonio Herman; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; VIGORITI, Vincenzo. (Org.). *Processo Coletivo*: Do surgimento à atualidade. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 1007-1024.

- A Lei das Ações de Classe em Israel. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antonio Herman; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; VIGORITI, Vincenzo. (Org.). *Processo Coletivo*: Do surgimento à atualidade. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 1143-1160, em coautoria com Gustavo Osna.

- A legitimidade do indivíduo nas ações coletivas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antonio Herman; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; VIGORITI, Vincenzo. (Org.). *Processo Coletivo*: Do surgimento à atualidade. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 1243-1255, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Capítulo de apresentação do livro Mandado de Segurança Individual e Coletivo. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes. (Org.). *Mandado de segurança individual e coletivo*: Lei 12.016/2009 comentada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 21-22.

- O artigo 21 de Lei do mandado de segurança individual e coletivo. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes. (Org.). *Mandado de segurança individual e coletivo*: Lei 12.016/2009 comentada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 147-170.

- O artigo 22 de Lei do mandado de segurança individual e coletivo. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes. (Org.). *Mandado de segurança individual e coletivo*: Lei 12.016/2009 comentada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 171-176.

- O artigo 23 de Lei do mandado de segurança individual e coletivo. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes. (Org.). *Mandado de segurança individual e coletivo*: Lei 12.016/2009 comentada. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 177-178.

- Reflexos do *Writ of Certiorari* no Cenário do *Common Law* e da Repercussão Geral no Direito Brasileiro. In: FUX, Luiz; FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno. (Org.). *Repercussão Geral da Questão Constitucional*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 27-52, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Ações coletivas na jurisprudência do STJ. In: Isabel Gallotti; Bruno Dantas; Alexandre Freire; Fernando da Fonseca Gajardoni; José Miguel Garcia Medina. (Org.). *O Papel da Jurisprudência no STJ*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 01, p. 1071-1088, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Resolução coletiva de conflitos. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (Org.). *O processo em perspectiva: Jornadas Brasileiras de Direito Processual* - Homenagem a José Carlos Barbosa Moreira. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 47-70.

- Código Eleitoral Comentado - Título III - Dos Recursos - Capítulo I - Disposições Preliminares. In: Ana Tereza Basílio. (Org.). *Código Eleitoral Comentado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, 2012, p. 307-319.

- O projeto da nova Lei da Ação Civil Pública. In: Juliana Vignoli Cordeiro. (Org.). *Ações coletivas*: críticas para construção da nova Lei da Ação Civil Pública. 1. ed. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2011, p. 10-26, em coautoria com Guadalupe Touros.

- Efetivação dos direitos fundamentais mediante ação civil pública para implementar políticas públicas. In: Flavia Cristina Piovesan; Maria Garcia. (Org.). *Coleção Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, v. 5, p. 61-70.

- Comentário aos artigos 21, 22 e 23 da Lei n. 12.016 (Mandado de Segurança Coletivo). In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. (Org.). *Mandado de segurança individual e coletivo*: a Lei n. 12.016/2009 comentada. 1. ed. Niterói: Impetus, 2010, p. 121-152.

- Ação civil pública: desafios e perspectivas após 25 anos da vigência da Lei 7.347/1985. In: MILARÉ, Édis. (Org.). *A ação civil pública após 25 anos*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 61-78.

- A coisa julgada e os processos coletivos no direito vigente e no projeto de nova Lei da Ação Civil Pública (PL N. 5.139/2009). In: GOSSOLI, Maria Clara; CIANCI, Mirna; CALMON, Petrônio; QUARTIERI, Rita. (Org.). *Em defesa de um novo sistema de processos coletivos*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 67-79.

- Princípio da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional à Luz do Acesso à Justiça. In: Ricardo Lobo Torres; Eduardo Takemi Kataoka; Flavio Galdino. (Org.). *Dicionário de Princípios Jurídicos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 595-605.

- O Direito Processual Coletivo, a legitimidade para agir nas ações coletivas e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos. In: Carlos Alberto de Salles. (Org.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 753-786.

- O direito processual coletivo em perspectiva. In: Athos Gusmão Carneiro; Petrônio Calmon. (Org.). *Bases científicas para um renovado direito processual*. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2009, p. 617-642.

- O Poder Judiciário no Brasil. In: ASSIS, Araken de; ALVIM, Eduardo Arruda; NERY JR., Nelson e outros. (Org.). *Direito civil e processo*: estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 962-980.

- O Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos e a legitimidade da Defensoria Pública para as ações coletivas. In: José Augusto Garcia de Sousa. (Org.). *A Defensoria Pública e os processos coletivos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 51-84.

- O Direito Processual Coletivo em perspectiva. In: Athos Gusmão Carneiro; Petrônio Calmon. (Org.). *Bases científicas para um renovado Direito Processual*. 1. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2008, v. 2, p. 189-216.

- Anotações sobre as últimas reformas do Código de Processo Civil em termos de recursos. In: José Miguel Garcia Medina; Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz; Luís Otávio Sequeira de Cerqueira; Luiz Manoel Gomes Junior. (Org.). *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais*: estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 1051-1065.

- O Direito Processual Coletivo e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos. In: DIDIER JR, Fredie; MOUTA, José Henrique. (Org.). *Tutela jurisdicional coletiva*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2008, p. 89-132.

- Revisitando as "condições da ação" à luz do acesso à justiça e da economia no processo civil individual e coletivo. In: Renata Braga Klevenhusen. (Org.). *Direito Público e evolução social* - 2ª série. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 19-30.

- O Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos: visão geral e pontos sensíveis. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo. (Org.). *Direito Processual Coletivos e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 16-32.

- Sentença, liquidação e execução nos processos coletivos para a tutela dos direitos individuais homogêneos. In: SANTOS, Ernane Fidélis; WAMBIER, Luiz Rodrigues; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (Org.). *Execução civil*: estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 299-303.

- A legitimidade para agir nas ações coletivas e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos. In: Renata Braga Klevenhusen. (Org.). *Direito Público e evolução social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, v. 1, p. 1-38.

- O Código Modelo de Processos Coletivos. In: Paulo Henrique dos Santos Lucon. (Org.). *Tutela coletiva*: 20 anos da Lei da Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - 15 anos do Código de Defesa do Consumidor. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 33-59.

- Construindo o Código Brasileiro de Processos Coletivos: o Anteprojeto elaborado no âmbito dos Programas de Pós-Graduação da UERJ e UNESA. In: Paulo Henrique dos Santos Lucon. (Org.). *Tutela coletiva*: 20 anos da Lei da Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - 15 anos do Código de Defesa do Consumidor. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 279-301.

- O Poder Judiciário no Brasil. In: José Ovalle Favela. (Org.). *Administración de justicia en Iberoamérica y sistemas judiciales comparados*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p. 45-89.

- Efetivação dos Direitos Fundamentais mediante Ação Civil Pública para implementar Políticas Públicas. In: Juliana Vignoli Cordeiro; Sebastião Vieira Caixeta. (Org.). *O MPT como promotor dos direitos fundamentais*. São Paulo: LTr, 2006.

- O Código Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos. In: Rodrigo Mazzei; Rita Dias Nolasco. (Org.). *Processo Civil Coletivo*. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 729-755.

- Breves considerações em torno da questão da inafastabilidade da prestação jurisdicional. In: Luiz Guilherme Marinoni. (Org.). *Estudos de direito processual civil: homenagem ao professor Egas Dirceu Moniz de Aragão*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 92-99.

- Ações coletivas nos países ibero-americanos - a situação atual, o Código Modelo e perspectivas. In: Geraldo Luiz Mascarenhas Prado. (Org.). *Acesso à Justiça e efetividade do processo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

- Tutela dos interesses difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos no Brasil e em Portugal. In: José Ovalle Favela. (Org.*). Las Acciones para la Tutela de los Interesses Colectivos y de Grupo*. 1. ed. Cidade do México: Universidade Autónoma do México, 2004, p. 55-110.

- A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil no âmbito dos recursos: síntese e comentários. In: Hélio Rubens Batista Ribeiro Costa; José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro; Pedro da Silva Dinamarco. (Org.). *Linhas Mestras do Processo Civil*: Comemoração dos 30 anos de vigência do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 15-37.

- *El Anteproyecto del Código Modelo de Procesos Colectivos para los países iberoamericanos y la legislación brasileña*. In: Antonio Gidi; Eduardo Ferrer Mac-Gregor. (Org.). *La tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales homogéneos*. Cidade do México: Editorial Porrúa, 2003, p. 505-526.

- Aposentadoria. In: Jorge Uchôa de Mendonça. (Org.). *Direito Concreto*: Sentenças. 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos Editora, 1998, v. 12, p. 357-362.

VII.3 Artigos

- O Acesso à Justiça (Digital) na Justiça Contemporânea. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 24, n. 2, p. 1-16, 2023, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Acesso à justiça: em busca de um processo efetivo. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 24, n. 1, p. 24-41, 2023, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Sistema Brasileiro de Precedentes: principais características e desafios. *Revista de Processo*, v. 322, n. 27, p. 313-327, 2022, em coautoria com Luiz Fux e Rodrigo Fux.

- Sistema Brasileiro de Precedentes: principais características e desafios. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 23, n. 3, p. 221-237, 2022, em coautoria com Luiz Fux e Rodrigo Fux.

- Jurisprudência e precedentes no direito brasileiro: panorama e perspectivas. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 22, n. 2, p. 3-31, 2022.

- Direito Processual Comparado, Teoria Geral do Processo e Precedentes. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 23, n. 2, p. 49-76, 2022, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Breves Considerações sobre Desafios e Perspectivas para a Eficiência do Cumprimento de Sentença e do Processo de Execução no Brasil. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 23, n.1, p. 55-67, 2022.

- Jurisprudência e Precedentes no Direito Brasileiro: panorama e perspectivas. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 22, p. 42-52, 2021.

- O IRDR e o Requisito da Efetiva Repetição de Processos (Ou Causas Pendentes) que Dependam da Solução da Questão Comum de Direito a Ser Uniformizada. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 22, p. 1-21, 2021.

- As Class Actions e as Últimas Mudanças na Regra 23 do Estatuto Processual Federal Norte-Americano. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 22, p. 781-824, 2021, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- A Solução Consensual de Conflitos nos Julgamentos Concentrados: uma Perspectiva Comparada. *RJLB - Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 5, p. 01-15, 2021, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- *Comparative Procedural Law in the Contemporary World*. *Athens Journal of Law*, v. 6, p. 139-150, 2020.

- O Direito Processual Comparado no Mundo Contemporâneo. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 21, p. 1-19, 2020.

- Acesso à Justiça e Necessidade de Prévio Requerimento Administrativo: o Interesse Como Condição da Ação - Comentários ao Recurso Extraordinário Nº 631.240, de Relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 21, p. 1-25, 2020, em coautoria com Jorge Luis da Costa Silva.

- O Direito Processual Comparado no Mundo Contemporâneo. *RJLB - Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 6, p. 65-86, 2020.

- Desafios e Perspectivas da Justiça no Mundo Contemporâneo. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 20, p. 20-32, 2019.

- Discurso de Posse: A Academia Brasileira de Letras Jurídicas e a Trajetória da Cadeira nº 14: O Patrono Odilon de Andrade e o Antecessor Brenno de Andrade. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 20, p. 367-384, 2019.

- "*Comparative Constitutional Law and Legal Culture: Asia and the Americas": an overview of the CRN01 under the Law and Society Washington, 2019 Meeting*. *Revista Juris Poiesis*, v. 22, n. 30, p. 438-439, 2019.

- O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no Processo Penal. Reflexões Iniciais. *Revista de Processo*, v. 279, p. 283-312, 2018, em coautoria com Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Daniel Viana Vargas e Felipe Gonçalves.

- A contagem do prazo em dias úteis e o sistema dos Juizados Especiais. *Revista de Processo*, v. 281, p. 369-380, 2018, em coautoria com Paulo Lucon e Rogéria Dotti.

- Ações coletivas e danos transnacionais. *RJLB - Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 5, p. 429-454, 2018, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Breves notas sobre a conciliação no Código de Processo Civil. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 19, p. 1-23, 2018, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- O Direito Processual Coletivo e o novo Código de Processo Civil. *Revista da EMERJ*, v. 20, p. 270-281, 2018, em coautoria com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Ações coletivas transnacionais. *Revista de Processo Comparado*, v. 8, p. 233-249, 2018, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- A Teoria Geral da Prova no Código de Processo Civil de 2015. *Revista de Processo*, v. 263, p. 55-75, 2017, em coautoria com Haroldo Lourenço.

- Ações Coletivas e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: algumas considerações sobre a solução coletiva de conflitos. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, v. 1, p. 127-161, 2017, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Balanço sobre o Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero-América. *Revista Iberoamericana de Derecho Procesal*, v. 5, p. 217-231, 2017.

- Algumas considerações sobre a penhora e a avaliação na lei de execução fiscal e as disposições do Código de Processo Civil de 2015. *RJLB - Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 5, p. 65-84, 2017, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Normas fundamentais do Código de Processo Civil de 2015: breves reflexões. *Revista Aporia Jurídica*, v. 1, p. 167-182, 2017, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Professor, Desembargador e Jurista José Carlos Barbosa Moreira. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 18, p. 1-3, 2017, em coautoria com Luiz Fux, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Humberto Dalla Bernardina de Pinho.

- José Carlos Barbosa Moreira. *Revista Brasileira da Advocacia*, v. 7, p. 273-275, 2017, em coautoria com Paulo Lucon.

- José Carlos Barbosa Moreira. *Revista de Processo*, v. 274, p. 659-661, 2017, em coautoria com Paulo Lucon.

- A audiência de conciliação ou mediação no novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 253, p. 163-184, 2016, em coautoria com Guilherme Hartmann.

- A tutela provisória no ordenamento jurídico brasileiro: a nova sistemática estabelecida pelo CPC/2015 comparada às previsões do CPC/1973. *Revista de Processo*, v. 257, p. 153-178, 2016, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- *Le Nouveau Code de Procédure Civile Brésilien*. *Civil Procedure Review*, v. 7, p. 27-37, 2016, em coautoria com Teresa Arruda Alvim.

- O julgamento liminar de improcedência do pedido: a previsão do CPC/2015 comparada à do CPC/1973. *Revista de Processo*, v. 261, p. 141-156, 2016, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Ações Coletivas e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Algumas Considerações sobre a Solução Coletiva de Conflitos. Revista Direito & Paz, v. 35, p. 256-281, 2016, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Normas Fundamentais do Código de Processo Civil de 2015: Breves reflexões. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 17, p. 38-56, 2016, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Breves Notas sobre a Conciliação no novo Código de Processo Civil Brasileiro. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, v. 6, p. 87-114, 2016, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- A Efetivação do Crédito e os Cadastros de Inadimplentes no novo Código de Processo Civil Brasileiro: Breves Notas. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, v. 1, p. 653-672, 2016, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- A Suprema Corte canadense e as ações coletivas: a relevância do julgamento *Western Canadian Shopping Centres Inc. V. Dutton*. *Revista de Processo*, v. 240, p. 175-189, 2015, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Algumas das principais alterações do novo Código de Processo Civil. *Consultor Jurídico* (São Paulo. Online), v. janeiro, p. 1, 2015, em coautoria com Henrique Ávila.

- O novo CPC e algumas das principais alterações. *Revista Justiça Eleitoral em Debate*, v. 5, p. 18-22, 2015, em coautoria com Henrique Ávila.

- Restrições à tutela de Urgência em face da Fazenda Pública em Demandas Individuais e Coletivas. *Revista de Processo*, v. 242, p. 213-223, 2015, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- O novo CPC e algumas das principais alterações. *Revista Justiça & Cidadania*, v. 176, p. 42-46, 2015, em coautoria com Henrique Ávila.

- O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 243, p. 283-331, 2015, em coautoria com Sofia Temer.

- Os impactos do novo CPC na razoável duração do processo. *Revista de Processo*, v. 241, p. 15-25, 2015, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- A Recomendação da União Europeia, de 11.06.2013, sobre as ações coletivas. *Revista de Processo*, v. 239, p. 195-211, 2015, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Acesso à Justiça: uma releitura da obra de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, a partir do Brasil, após 40 anos. *Quaestio Iuris* (Impresso), v. 08, p. 1827-1858, 2015, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Acesso à Justiça: uma releitura da obra de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, a partir do Brasil, após 40 anos. *Revista del Instituto Colombiano de Derecho Procesal*, v. 42, p. 47-85, 2015, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva, em versão impressa e eletrônica.

- Análise da Relação entre o novo Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o Microssistema dos Juizados Especiais. *Revista de Processo*, v. 245, p. 275-309, 2015, em coautoria com Odilon Romano Neto.

- *Le nouveau Code de Procédure Civile Brésilien*. *International Journal of Procedural Law*, v. 5, p. 337-345, 2015, em coautoria com Teresa Arruda Alvim.

- Jurisdição e competência para o Julgamento de Ilícitos Cíveis com Elementos de Estraneidade segundo o Direito Brasileiro. *Revista de Processo*, v. 231, p. 39-55, 2014, em coautoria com Carmen Tibúrcio.

- A recomendação da União Europeia, de 11 de junho de 2013, sobre as ações coletivas. *Revista del Instituto Colombiano de Derecho Procesal*, v. 40, p. 325-344, 2014, versão impressa, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- A Suprema Corte Canadense e as Ações Coletivas: A Relevância do Julgamento *Western Canadian Shopping Centres Inc. V. Dutton*. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v. 17, p. 91-111, 2014, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Cumprimento das sentenças coletivas: da pulverização à molecularização. *Revista de Processo*, v. 222, p. 41-64, 2013, em coautoria com Sergio Arenhart e Gustavo Osna.

- A legitimidade ativa do indivíduo nas ações coletivas. *Revista de Processo*, v. 220, p. 33-48, 2013, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- Mecanismos de solução coletiva de conflitos e tutela coletiva: a experiência norte-americana. *Revista da Faculdade de Direito Candido Mendes*, v. 18, p. 135-150, 2013, em coautoria com Larissa Clare Pochmann da Silva.

- *Jurisdiction over torts with foreign elements according to Brazilian law*. *International Journal of Procedural Law*, v. 3, p. 223-238, 2013, em coautoria com Carmen Tibúrcio.

- A legitimação, a representatividade adequada e a certificação nos processos coletivos e as ações coletivas passivas. *Revista de Processo*, v. 209, p. 243-265, 2012.

- Reflexões sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no Projeto de novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 211, p. 191, 2012, em coautoria com Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues.

- A Lei das Ações de Classe de Israel. *Revista de Processo*, v. 214, p. 175-198, 2012, em coautoria com Gustavo Osna.

- Tutela dos interesses difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos no Brasil e em Portugal. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, v. 11-12, p. 163-204, 2010.

- Tendências das ações coletivas no Brasil. *Carta Forense*, v. 71, p. 42-42, 2009.

- O acesso à justiça e as condições da ação. *Revista de Processo*, v. 174, p. 325-338, 2009.

- O direito processual coletivo e as propostas de Código Brasileiro de Processos Coletivos. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR* (Impresso), v. 11, p. 645-675, 2009.

- Repensando a competência para a execução penal nas condenações proferidas pela Justiça Federal. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, v. 22, p. 207-212, 2008.

- Do individual ao coletivo: os caminhos do Direito Processual Coletivo. *Revista Forense*, v. 397, p. XXV-XXXIII, 2008.

- Efetivação dos direitos fundamentais mediante ação civil pública para implementar políticas públicas. *Revista de Processo*, v. 163, p. 312-320, 2008.

- Do individual ao coletivo: os caminhos do direito processual brasileiro. *Revista de Processo*, v. 165, p. 231-254, 2008.

- As perspectivas da tutela coletiva no Direito Processual. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v. 11, p. 29-54, 2008.

- Breves considerações em torno da questão da inafastabilidade da prestação jurisdicional. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, v. 19, p. 61-73, 2007.

- Ações coletivas nos países ibero-americanos: situação atual, Código Modelo e perspectivas. *Revista de Processo*, v. 153, p. 188-216, 2007.

- Construindo o Código Brasileiro de Processos Coletivos: o Anteprojeto Elaborado no Âmbito dos Programas de Pós-Graduação da UERJ e da UNESA. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 1, p. 49-56, 2007.

- Direitos individuais homogêneos: sentença, liquidação e execução nos processos coletivos. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v. 10, p. 25-46, 2007.

- O Código Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos. *Revista de Direito da Defensoria Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 59-86, 2006.

- O juiz competente e a especialização judicial no Código-Modelo de processos coletivos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 133, p. 267-277, 2006.

- Breves Comentários sobre a nova Reforma da Execução de Sentenças: A Lei n. 11. 232/05. *Revista Direito Atual*, Rio de Janeiro, v. 01, p. 01-06, 2006.

- O juiz competente e a especialização judicial no Código Modelo de Processos Coletivos. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v. 09, p. 15-24, 2006.

- As Execuções Fiscais no Contexto da Efetividade e das Reformas do Direito Processual no Âmbito das Execuções. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 20-28, 2005.

- O Código Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), Brasil, n.07, p. 41-68, 2005.

- Um estudo filosófico e prático sobre o tema tolerância: democracia e respeito às minorias. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 8, p. 35-42, 2005.

- Apresentação do Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos da UERJ-UNESA. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 8, p. 529-553, 2005.

- Tutela dos interesses difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos no Brasil e em Portugal. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 373, p. 29-55, 2004.

- Relatório Geral sobre Processos Coletivos. O Anteprojeto de Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero-América. *Revista do Instituto Ibero Americano de Direito Processual*, Buenos Aires, v. 5, p. 155-193, 2004.

- O Anteprojeto de Código Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos e a legislação brasileira. *Gênesis*. Revista de Direito Processual Civil, Curitiba, v. 31, p. 5-21, 2004.

- O Projeto de Código Modelo de Processos Coletivos do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 19-48, 2004.

- O Anteprojeto de Código-Modelo para Processos Coletivos e a legislação brasileira. *Revista de Processo*, v. 117, p. 109-128, 2004.

- Relatório Geral. Processos Coletivos. O Anteprojeto de Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero-América. Roma e América. *Diritto Romano e Comune*, Itália, v. 17, p. 265-292, 2004.

- O Projeto de Código Modelo de Processos Coletivos do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual. *Revista de Ciências Sociais (UGF)*, Rio de Janeiro, v. 9, n.1 e 2, p. 9-38, 2003.

- *Richterakademie* - Academia Alemã de Juízes. *Direito Federal*, Brasília, v. 69, p. 39-41, 2002.

- Mercosul. *Revista de Jurisprudência da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 07, p. 10-25, 2000.

- *Judikative in Brasilien: Probleme und Reform. Zeitschrift fur Zivilprozess International*, *Koln*, v. 05, p. 431-446, 2000.

- Problemas e Reforma do Poder Judiciário no Brasil. *Revista da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região*, Rio de Janeiro, v. 02, p. 178-195, 2000.

- Mercosul: algumas questões jurídicas. *Revista da Instituição Toledo de Ensino*, Bauru, v. 24, 1999.

- Direito Processual Romano. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 05, p. 219-228, 1998.

- Juiz Estadual com competência federal. *Revista da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro* - EMERJ, Rio de Janeiro, 1998.

- Competência para as ações previdenciárias. *Anuário de Palestras da Escola de Magistratura Regional Federal* - EMARF, Rio de Janeiro, p. 105-117, 1998.

- Direitos da Personalidade e Pessoa Jurídica. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 266-278, 1997.

- Decisão ou Sentença. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 92, n.333, p. 405-408, 1996.

- Direito Processual Romano. *Gênesis*. Revista de Direito Processual Civil, Curitiba, v. 01, p. 161-168, 1996.

- Decisão ou Sentença. *Gênesis* - Revista de Direito do Trabalho, Curitiba, v. 07, n.37, p. 09-12, 1996.

- Decisão ou Sentença. *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.3, p. 196-203, 1996.

- Decisão ou Sentença. *Lex Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais*, Brasília, v. 08, n.82, p. 09-13, 1996.

- Decisão ou Sentença. *Gênesis*. Revista de Direito Processual Civil, Curitiba, n.02, p. 293-297, 1996.

- Poder Judiciário: Problemas, Propostas e Controle Externo. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 109-154, 1996.

VII.4 Prefácios, Posfácios e Apresentações

- Apresentação da Atualização da Obra 'Temas de Direito Processual – Primeira Série" (Apresentação) (2023), em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- Apresentação da Atualização da Obra 'Temas de Direito Processual – Segunda Série" (Apresentação) (2023), em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- Apresentação da Atualização da Obra 'Temas de Direito Processual – Terceira Série" (Apresentação) (2023), em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- Apresentação da Atualização da Obra 'Temas de Direito Processual – Quarta Série" (Apresentação) (2023), em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- Apresentação da Atualização da Obra 'Temas de Direito Processual – Quinta Série" (Apresentação) (2023), em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- Apresentação da Atualização da Obra 'Temas de Direito Processual – Sexta Série" (Apresentação) (2023), em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- Apresentação da Atualização da Obra 'Temas de Direito Processual – Sétima Série" (Apresentação) (2023), em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- Apresentação da Atualização da Obra 'Temas de Direito Processual – Oitava Série" (Apresentação) (2023), em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- Apresentação da Atualização da Obra 'Temas de Direito Processual – Nona Série" (Apresentação) (2023), em conjunto com Carlos Roberto Barbosa Moreira e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

- Nota dos Atualizadores - Obra 'Temas de Direito Processual - Nona Série' (Apresentação) (2023), em conjunto com Carolina Paes de Castro Mendes.

- Professor, Desembargador e Jurista José Carlos Barbosa Moreira (Apresentação) (2023), em versão impressa e e-book.

- Sistemas de Vinculação das Pretensões Individuais ao Processo Coletivo. (Prefácio) (2023).

- Direito Processual. O Futuro do Direito (Apresentação) (2022), em conjunto com Luiz Fux, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Humberto Dalla.

- Precedentes vinculantes no processo civil e no processo do trabalho brasileiro (Apresentação) (2022), em conjunto com Luiz Fux e Bruno Freire e Silva.

- Homenagem ao Professor Arruda Alvim. (Apresentação) (2022), em conjunto com Luiz Fux, Marco Aurélio Bellizze, Teresa Arruda Alvim e Trícia Cabral.

- Legitimidade de Agir nas Ações Coletivas. (Prefácio) (2022).

- Recurso Ordinário Constitucional. (Prefácio) (2022).

- Incidente de Assunção de Competência: da conceituação à procedimentalidade. (Prefácio) (2022).

- Execução Civil – Novas Tendências. Homenagem ao Professor José Manoel de Arruda Alvim, escrito em conjunto com o Ministro Luiz Fux, o Ministro Marco Aurélio Bellizze, Teresa Celina Arruda Alvim e Trícia Navarro Xavier Cabral. (Apresentação) (2022).

- Proteção da Confiança nas Modificações na Jurisprudência: a tutela dos jurisdicionados diante da alteração de entendimentos consolidados. (Prefácio) (2021).

- Processo Coletivo: Teoria Geral, cognição e execução. 3ª Edição, atualizada e ampliada de acordo com a Lei nº 13.105/2015 – Novo CPC e Lei nº 13.300/2016 – Mandado de Injunção. (Prefácio) (2021).

- O novo CPC e o Processo do Trabalho - Vol. V. Os Processos nos Tribunais e os Meios de Impugnação das Decisões Judiciais. (Prefácio) (2021).

- Acesso à Justiça e o Direito Processual Internacional/ *Access to Justice and International Procedural Law*. (Apresentação) (2020).

- Hermenêutica do precedente: o cuidado da coerência e da integridade. (Apresentação) (2020).

- Professor, Desembargador e Jurista José Carlos Barbosa Moreira. Estudos em Homenagem a Ada Pellegrini Grinover e José Carlos Barbosa Moreira. (Apresentação) (2020).

- A Tempestividade da Justiça no Processo Civil Brasileiro. Repercussão no Sistema, Desenho Constitucional e Dimensão Conflituosa. (Prefácio) (2019).

- Direito de Defesa nos Conflitos Fundiários. (Prefácio) (2019).
- Estudos de direito processual em homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro. (Apresentação) (2019).
- O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR): Do contexto à otimização. (Prefácio) (2019).
- O novo Processo Civil Brasileiro. Temas relevantes - Estudos em homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux. Volumes 1, 2 e 3. (Apresentação) (2018).
- Questões Atuais e Controvertidas na Ação de Improbidade Administrativa. (Prefácio) (2018).
- Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado – 2. Ed. (Apresentação) (2016).
- Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado - 3ª ed. (Apresentação) (2016).
- Precedentes Judiciais Vinculantes – 2.ed. (Prefácio) (2016).
- Novo Código de Processo Civil Comparado e Anotado – 1. ed. (Apresentação) (2015).
- A legitimidade do indivíduo nas ações coletivas. (Prefácio) (2013).
- A qualidade da administração judiciária e a governança como propulsores da efetividade da prestação jurisdicional. (Apresentação) (2013).
- O processo em perspectiva - Jornadas Brasileiras de Direito Processual - Homenagem a José Carlos Barbosa Moreira. (Apresentação) (2013).
- A execução civil. (Prefácio) (2011).
- Ação Coletiva Passiva. (Apresentação) (2009).
- Teoria Geral dos Recursos Cíveis. (Prefácio) (2008).

- Revista da Seção Judiciária da Seção do Rio de Janeiro. (Apresentação) (2007).

- A construção de uma garantia constitucional: compreensão da Suprema Corte quanto ao mandado de injunção. (Prefácio) (2005).

- Assédio moral no ambiente de trabalho. (Prefácio) (2005).

VIII - INSTITUTOS JURÍDICOS E ASSOCIAÇÕES

– Instituto Carioca de Processo Civil (ICPC)
Membro Efetivo e Diretor Institucional
Ano: 2014 / atual

– Instituto Paranaense de Processo Civil (IPPC)
Membro Honorário
Ano: 2015 / atual

– Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP)
Membro Efetivo
Ano: 1998 / atual
Membro da Diretoria
Ano: 2012 / atual

– Instituto Iberoamericano de Direito Processual (IIDP)
Membro Efetivo
Ano: 2012 / atual
Vice-Presidente – Região Brasil
Ano: 2018 / 2023

– *International Association of Procedural Law* (IAPL)
Membro Efetivo
Ano: 2003 / atual

– Associação de Juristas Alemanha – Brasil (DBJV)
Membro Efetivo
Ano: 2000 / atual

– Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (AJUFERJES)
Vice-Presidente
Ano: 2009

- Associação dos Juízes Federais (AJUFE)
  Coordenador da Comissão de Reforma Processual
  Ano: 2006 / 2015
  Coordenador da Comissão de Processo Civil
  Ano: 2015 / atual

- Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB)
  Membro Honorário
  Ano: 2019 / atual

- Academia Brasileira de Letras Jurídicas (ABLJ)
  Membro Titular, ocupante da Cadeira de nº 14
  Ano: 2019 / atual
  Membro da Diretoria
  Ano: 2022 / atual

IX - CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E EVENTOS JURÍDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

IX.1 Participação como palestrante, orador, debatedor e presidente de mesa em evento

- Palestrante no evento Aula Magna do Curso de Processo Civil Coletivo, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Processo Civil Coletivo" (2023).

- Palestrante no evento CPLJ Series, promovido pelo Max Planck Luxemburgo, sobre o tema "The introduction and new patterns of precedent systems in the procedural law of the traditional civil law countries: possibilities and innovations for the stare decisions" (2023).

- Palestrante no evento 1º Encontro Interinstitucional Stricto Sensu: temas relevantes de direitos fundamentais e jurisdição constitucional, promovido pela ESMAGIS (TJ/MT) – Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso em parceria com a UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso e a UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre os temas "In dubio pro IRDR e a proposta de leitura do pressuposto negativo de admissibilidade do incidente", "Aspectos controvertidos da nova lei de improbidade administrativa" e "O Sistema Brasileiro de Precedentes" (2022).

- Palestrante no evento III New Trends in the Common Law, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região, em conjunto com a UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Precedentes marcantes no Reino Unido e no Brasil" (2022).

- Palestrante no evento Precedentes e a Racionalização da Justiça, promovido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, sobre o tema "O GT Precedentes do CNJ e seus resultados" (2022).

- Palestrante no evento Diálogos sobre o Código de Processo Civil: críticas e perspectivas, sobre o tema "Sistema Brasileiro de Precedentes" (2022).

- Palestrante no evento Execução Civil: novas tendências, promovido pelo Migalhas, sobre o tema "As medidas atípicas do artigo 139, IV, do CPC na perspectiva do STJ" (2022).

- Palestrante no evento O Pragmatismo e a Análise Econômica do Direito, promovido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, sobre o tema "Pragmatismo e Análise Econômica do Direito no Direito Processual" (2022).

- Palestrante no evento Jornadas Processuais: Aspectos Polêmicos do CPC/2015 na Justiça do Trabalho, promovido pela ANAMAT – Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas, sobre o tema do evento (2022).

- Palestrante no Curso de Formação Inicial de Magistrados, Módulo 4, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Casos concretos e aspectos polêmicos do julgamento de demandas repetitivas" (2022).

- Palestrante no evento II Congresso Internacional Luso-Brasileiro de Direito da Empresa, promovido pelo IBDE – Instituto Brasileiro de Direito da Empresa em parceria com o IJLB – Instituto Jurídico Luso Brasileiro, no Painel Temas de Direito Contemporâneo da Empresa II sobre o tema "Banco Nacional de Precedentes, segurança jurídica e o papel do CNJ e dos Tribunais" (2022).

- Palestrante no evento Sistema de Precedentes, promovido pela AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros em parceria com a ENM – Escola Nacional da Magistratura, a AMAMSUL – Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul, a EJUD-MS – Escola Judicial de Mato Grosso do Sul e o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no Painel de Abertura e no Painel sobre o tema "Resultados e Perspectivas do Grupo de Trabalho de Precedentes do CNJ - o impacto do sistema nos tribunais brasileiros" (2022).

- Palestrante no evento III Congresso Internacional de Coletivização e Unidade do Direito, em homenagem ao Prof. Dr. Sérgio Cruz Arenhart, promovido pela PUC – RS, no Painel "O futuro do processo coletivo brasileiro" (2022).

- Debatedor no evento Novas Vozes do Direito, promovido pela PGE/RJ – Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "O julgamento colegiado em ambiente eletrônico nos tribunais: análise e propostas de aprimoramento à luz dos princípios processuais" (2022).

- Palestrante no evento Diretrizes para a Elaboração de Ementas: valorizando a jurisprudência e potencializando o uso da tecnologia, promovido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça em parceria com a UERJ Reg., sobre o tema "Padronização das ementas dos julgados – contribuindo para a uniformização, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência dos tribunais" (2021).

- Palestrante no evento STF em Ação: dos 130 anos do STF à Agenda 2030 da ONU, promovido pelo IEJA – Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados, com o apoio do STF – Supremo Tribunal Federal, no Painel "Crescimento Econômico, Pleno Emprego e Segurança Jurídica" (2021).

- Palestrante no evento Setor Aéreo Brasileiro: Judicialização Desenfreada ou Litigância Necessária?, promovido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, sobre o tema "O fortalecimento da cultura de precedentes como forma de diminuição da litigância" (2021).

- Palestrante no evento Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: aspecto teórico-prático e importância para a consolidação do precedente local, promovido pelo TJ/BA – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Juizados Especiais" (2021).

- Palestrante no evento Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR): Principais Características e Desafios, promovido pelo TJ/MG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre o tema "O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR e o Fortalecimento do Sistema de Precedentes" (2021).

- Palestrante no evento Precedentes Judiciais e as Cortes de Justiça, promovido pela Escola Judicial do Paraná – EJUD-PR e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ/PR), sobre o tema "Sistema brasileiro de precedentes: principais características e desafios" (2021).

- Designado para realizar o discurso da saudação, em nome dos Acadêmicos, na Posse do Professor Dr. Humberto Theodoro Júnior na Cadeira nº 46, Patrono Epitácio Pessoa, da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (ABLJ) (2021).

- Palestrante no evento Semana do Ministério Público, promovido pelo Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG), em homenagem ao Excelentíssimo Ministro Luiz Fux, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)" (2021).

- Palestrante no evento Tópicos Atuais de Direito Processual Civil, promovido pela Academia Judicial de Santa Catarina - Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sobre os temas "Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)" e "Precedentes" (2021).

- Palestrante no evento A Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Poder Judiciário, promovido pela ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, sobre o tema "Medidas Administrativas para a Implementação da LGPD nos Tribunais" (2021).

- Integrante da Missão UK Julho 2021: Promovendo uma estrutura de proteção de dados pessoais mais forte no Brasil, do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) em parceria com o Ministério de Relações Exteriores e Desenvolvimento do Reino Unido (*Foreign, Commonwealth & Development Office* - FCDO) (2021).

- Palestrante no evento Construindo uma cultura de precedentes na prática?, promovido pela UFPR- Universidade Federal do Paraná, em parceria com a FGV/SP, sobre o tema "A experiência do Grupo de Trabalho do CNJ – Conselho Nacional de Justiça para uma cultura de precedentes" (2021).

- Palestrante no evento XIII Jornadas Brasileiras de Direito Processual, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Sistema Brasileiro de Precedentes" (2021).

- Jurado no evento X Prêmio AMAERJ Patricia Acioli de Direitos Humanos, promovido pela AMAERJ – Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, na categoria "Trabalhos dos Magistrados" (2021).

- Palestrante no evento O novo CPC e o novo Advogado, promovido pelo IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, sobre o tema do evento (2021).

- Palestrante no evento Conferência Estadual da Jovem Advocacia, promovido pela OAB/RS - Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, sobre o tema "Segurança Jurídica na Era Digital" (2021).

- Palestrante no evento Direito em Debate por Estudo de Casos, promovido pela EJUD – Escola Judicial do TJ/MS – Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, em parceria com a UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sobre o tema "Microssistema de casos repetitivos - O estudo do REsp 1.846.109/SP" (2021).

- Palestrante na Aula Magna do Mestrado Acadêmico "Pensamento Jurídico e Relações Sociais", promovido pela ESMAGIS/MT – Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, em parceria com a UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Sistema Brasileiro de Precedentes" (2021).

- Palestrante no Congresso de Direito Processual Civil, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal (OAB/DF) em parceria com a Associação Brasiliense de Direito Processual Civil (ABDPC), sobre o tema "Cabimento da Ação Rescisória diante dos Precedentes do STF" (2021).

- Palestrante no Webinar sobre a Importância dos Precedentes no Direito Brasileiro e Comparado, promovido pelo IDP – Instituto Brasiliense de Direito Público, no Painel de Abertura (2021).

- Palestrante no evento III Seminário Diálogos sobre o Código de Processo Civil: críticas e perspectivas, promovido pela Faculdade de Direito da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no "Painel de Abertura", sobre o "Sistema Brasileiro de Precedentes" (2021).

- Palestrante no evento Panorama, Comparação, Desafios e Perspectivas para o Sistema Brasileiro de Precedentes, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça (PPGDir/UFMA), sobre o tema do evento (2021).

- Palestrante no evento Novos rumos da execução no Brasil, promovido pelo CEPED/UERJ - Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da UERJ, em parceria com o IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema do evento (2021).

- Palestrante no evento Tutela coletiva e precedentes no Direito Tributário, promovido pelo Observatório da Macrolitigância Fiscal, do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), sobre o tema do evento (2021).

- Palestrante no evento Gestão de Precedentes e os Desafios da Litigância Repetitiva, promovido pela ENM – Escola Nacional da Magistratura, no Painel de abertura e sobre o tema "A dinâmica dos precedentes nas cortes de origem (juízo de admissibilidade, IRDR e IAC)" (2020).

- Palestrante no evento A transformação tecnológica da prestação jurisdicional em tempos de pandemia, promovido pela ENM - Escola Nacional da Magistratura em parceria com a AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros, sobre o mesmo tema do evento (2020).

- Palestrante no evento I Seminário de Gestão de Precedentes Qualificados, promovido pela ESMAM – Escola da Magistratura TJ/MA – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, sobre o tema "O Papel do Poder Judiciário no Modelo Brasileiro de Precedentes", em São Luís/MA (2020).

- Palestrante no evento Cinco Anos do novo Processo Civil Brasileiro - Avanços e Dificuldades Interpretativas, promovido pela Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, sobre o tema "Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e de Assunção de Competência" (2020).

- Palestrante no evento Direito em Tempos de Crise, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Covid-19 e Poder Judiciário: uma perspectiva comparada e nacional" (2020).

- Palestrante no evento Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nas Ações de Direito Administrativo, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema do evento (2020).

- Palestrante no evento O Projeto da nova Lei das Ações Coletivas na Visão dos Autores, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema do evento (2020).

- Palestrante no evento O Diálogo Necessário entre a Magistratura e a Advocacia nos Tempos Atuais, promovido pelo IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros (2020).

- Palestrante no evento Anteprojeto de nova Lei das Ações Coletivas no Brasil, promovido pela EAGU – Escola da Advocacia Geral da União, sobre o tema do evento (2020).

- Palestrante no evento VI Congresso de Processo Civil de Florianópolis, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)/ Santa Catarina, sobre o tema "Precedentes e Questões Repetitivas" (2020).

- Palestrante no evento Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), organizado pela Comissão de Celeridade da OAB/RJ, sobre o tema do evento (2020).

- Palestrante no evento Enfrentamento da COVID-19 pelos Judiciários do Brasil e dos EUA sobre o tema "Enfrentamento da COVID-19 pelo Judiciário do Brasil" (2020).

- Exposição no evento A importância dos padrões decisórios vinculantes (IRDR e IAC), promovido pelo Instituto Nêmesis (2020).

- Palestrante no evento de apresentação do CEDAC - Centro de Estudos de Direito Alemão e Comparado da UERJ, promovido pelo CEDAC - Centro de Estudos de Direito Alemão e Comparado da UERJ, sobre "A influência do Direito Alemão no Brasil" (2020).

- Palestrante no evento *Examining Brazilian Justice*, promovido pela HSSA - *UC Berkeley Humanity and Social Sciences Association*, sobre o tema "*The Brazilian System of Justice*" (2020).

- Palestrante no evento Desmistificando os precedentes: das origens ao CPC/2015, promovido pelo IDC - Instituto de Direito Contemporâneo, sobre o tema "IRDR - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" (2020).

- Palestrante no evento Diálogos sobre o Código de Processo Civil: críticas e perspectivas, promovido pelo CEPED UERJ, no "Painel de Abertura" e sobre o tema "Direito Processual Comparado e Precedentes" (2020).

- Palestrante no evento III Congresso do Instituto Carioca de Processo Civil: O Direito Processual na Contemporaneidade, promovido pelo ICPC - Instituto Carioca de Processo Civil, sobre o tema "Jurisprudência e precedentes: panorama e perspectivas" (2020).

- Palestrante no evento Seminário Internacional Processo e Sistemas de Justiça, promovido pelo Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), sobre o tema "A importância do modelo de precedentes e de causas repetitivas em tempos de pandemia" (2020).

- Palestrante no Seminário do PPGD/UNESA 2020.1: Novos horizontes e perspectivas jurídicas em tempos de COVID-19, promovido pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Estácio de Sá (UNESA), sobre o tema "COVID-19 e Poder Judiciário" (2020).

- Coordenador e Palestrante e organizador no evento US Legal System, promovido pela *Fordham University*, nos Estados Unidos, em parceria com a EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região e com os PPGDs – Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da UNESA – Universidade Estácio de Sá, sobre o tema "Precedentes e Jurisprudência no Direito brasileiro e o Poder Judiciário brasileiro" (2020).

- Coordenador e Palestrante no Webinar: A Força da Jurisprudência na Iberoamérica, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual e pelo IIDP – Instituto Iberoamericano de Direito Processual, sobre o tema "Jurisprudência e Precedentes no Brasil" (2020).

- Convidado do 2º Projeto Afilhado Acadêmico, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, para a orientação dos trabalhos sobre Direito Processual Civil (2020).

- Coordenador e Palestrante no evento II Novas Tendências no Sistema de *Common Law*, promovido pelo IALS – *Institute of Advanced Legal Studies*, da Universidade de Londres, em parceria com a EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região e com os PPGDs – Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da UNESA – Universidade Estácio de Sá, sobre o tema "A doutrina dos precedentes no Reino Unido e no Brasil. Uma breve história e o Estado da Arte. *Ratio decidendi*. Seguir e superar os precedentes (*following and overrulling*)" (2019).

- Coordenador e Palestrante no evento *I International Conference on Civil Procedure of the Center for Legal Studies of the General Attorney's Office of Rio de Janeiro State*, promovido pelo CEJur - Centro de Estudos Jurídicos da PGE/RJ - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "As Perspectivas do Direito Processual Coletivo Brasileiro à Luz do Direito Comparado" (2019).

- Coordenador e Palestrante no Curso sobre Improbidade Administrativa, promovido pela EMARF - Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "As medidas cautelares, a tutela de urgência e a tutela da evidência no âmbito das ações de improbidade administrativa" (2019).

- Coordenador e Palestrante no evento Direito Processual Civil em Perspectiva: Os Novos Desafios, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região, sobre "Direito Jurisprudencial" (2019).

- Palestrante no Ciclo de Palestras da Academia Judicial de Santa Catarina, promovido pela Academia Judicial de Santa Catarina, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sobre os temas "Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)", "Tutela provisória" e "Precedentes" (2019).

- Palestrante no evento Processo de Conhecimento no CPC/2015: Principais Controvérsias, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema do evento (2019).

- Palestrante no Curso de Formação Continuada para Magistrados sobre Reflexos do novo CPC na tutela coletiva, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, proferindo a Aula Inaugural (2019).

- Discurso na sessão solene de posse na Academia Brasileira de Letras Jurídicas (ABLJ), promovido pela ABLJ – Academia Brasileira de Letras Jurídicas, sobre o tema "A Trajetória da Cadeira nº 14: o Patrono Odilon de Andrade e o Antecessor Brenno de Andrade" (2019).

- Discurso na Cerimônia de Posse como Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros, promovido pelo IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros (2019).

- Avaliador do VIII Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, promovido pela AMAERJ – Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (2019).

- Palestrante na Aula Magna 2019.2 da Faculdade de Direito da UERJ, promovida pela Faculdade de Direito da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Desafios e Perspectivas da Justiça no Mundo Contemporâneo" (2019).

- Palestrante na Aula Inaugural da Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Civil e Processual Civil da Universidade Estácio de Sá, promovido pela UNESA – Universidade Estácio de Sá, sobre o tema "Precedentes e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)" (2019).

- Palestrante na Aula Magna do Curso de Especialização em Direito Processual Civil, do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED), da Faculdade de Direito da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Novas Tendências no Direito Processual Brasileiro" (2019).

- Palestrante no Fórum de Internacionalização da Universidade Estácio de Sá (UNESA), promovido pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estácio de Sá, sobre o tema "Experiências sobre o evento II *New Trends in the Common Law*" (2019).

- Palestrante no evento I Colóquio de Direito Processual Contemporâneo do PPGD da UNESA, promovido pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estácio de Sá, sobre o tema "Direito Processual Comparado: noções gerais, peculiaridades e perspectivas" (2019).

- Avaliador da II Competição Brasileira de Processo, promovida pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, na etapa semifinal (2019).

- Palestrante no evento IV Congresso Mundial de Justiça Constitucional, em homenagem ao Professor Paulo Bonavides, promovido pela Associação Mundial de Justiça Constitucional em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP), sobre o tema "*Musterverfahren, Musterfestellungsklage, Pilotverfahren* e incidente de resolução de demandas repetitivas: análise comparativa" (2019).

- Palestrante no evento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), sobre o tema do evento (2019).

- Palestrante no evento Jornadas Brasileiras de Direito Processual do Trabalho, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Acesso à justiça diante das reformas processuais" (2019).

- Palestrante no evento *Law and Society Association Annual Meeting*, promovido pela *Law and Society Association*, sobre o tema "*Comparative Procedural Law in the Contemporary World*" (2019).

- Palestrante no evento Métodos Consensuais e Casos Repetitivos: debates sobre pesquisas realizadas pelo PPGD da UERJ a partir da vigência do novo CPC, promovido pela OAB/RJ – Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro, sobre o tema "O IRDR nos Tribunais" (2019).

- Palestrante no evento Métodos Consensuais e Casos Repetitivos: debates sobre pesquisas realizadas pelo PPGD da UERJ a partir da vigência do novo CPC, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "O IRDR nos Tribunais" (2019).

- Palestrante no evento Novas Tendências do Direito Processual, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) em parceria com a UFPR - Universidade Federal do Paraná, sobre "Tutela provisória de urgência e da evidência" (2019).

- Palestrante no evento *The new Brazilian Precedents System and the Common Law Stare Decisis – a Brief Comparative Analysis*, promovido por *Mercer University*, nos Estados Unidos, em parceria com a Universidade Estácio de Sá, sobre o tema "Introdução à Cultura Jurídica e ao Sistema Judicial Norte-Americanos" (2019).

- Palestrante no evento O novo processo tributário, promovido pelo CEJur - Centro de Estudos Jurídicos da PGE/RJ – Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Precedentes e o Processo Tributário" (2019).

- Palestrante no evento Precedentes e incidente de resolução de demandas repetitivas, promovido pela ABDConst – Academia Brasileira de Direito Constitucional, sobre o tema do evento (2019).

- Palestrante no evento Seminário "Acesso à Ordem Jurídica Justa", promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual em parceria com o CEBEPEJ- Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais, sobre o tema "Acesso à justiça e ações coletivas" (2019).

- Coordenador e Palestrante no evento Seminário em homenagem ao professor e jurista Paulo Cezar Pinheiro Carneiro: "O Acesso à Justiça e o Direito Processual Civil Contemporâneo", promovido pelo TJ/RJ – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com "Palavras sobre o Homenageado" e sobre o tema "O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), a partir da proposição de Paulo Cezar Pinheiro Carneiro" (2019).

- Palestrante no evento "Três Anos do Novo Código de Processo Civil em Debate: Já temos um código novo?", promovido pela ESA – Escola Superior de Advocacia da OAB/RJ – Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro, sobre o tema "Precedentes: formas de superação do paradigma e as medidas cabíveis" (2019).

- Coordenador e Palestrante no evento Novas tendências no sistema *de common law*, promovido pelo pelo IALS – *Institute of Advanced Legal Studies*, da Universidade de Londres, em parceria com a EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região e com os PPGDs – Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da UNESA – Universidade Estácio de Sá, sobre o tema "*Precedents in civil law countries*" (2018).

- Palestrante no evento *Workshop Shareholder Rights Protection*, promovido pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), sobre o tema "*Shareholders litigation mechanisms*" (2018).

- Palestrante no evento *A Comparative Study of the Theoretical Foundations of Judicial Deference*, organizado pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Estácio de Sá, em parceria com a *Birmingham University,* sobre o tema "*Judicial review over consensual solutions in the administrative matters and judicial deference*" (2018).

- Palestrante no evento Aspectos Polêmicos do IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas), promovido pela EPM – Escola Paulista da Magistratura – TJ/SP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sobre o tema do evento (2018).

- Palestrante na Aula Magna do Curso de Direito da Universidade de Vila Velha, promovido pela Universidade de Vila Velha, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" (2018).

- Palestrante na Aula Magna do Curso de Direito do Ibmec-RJ, promovida pelo Ibmec-RJ, sobre "Desafios e Perspectivas da Justiça no Mundo Contemporâneo" (2018).

- Palestrante no evento Congresso em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover: o processo em evolução, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, em parceria com a USP – Universidade de São Paulo, sobre o tema "Separação de poderes e vinculação a precedentes" (2018).

- Palestrante no Curso Atualização de Magistrados em Processo Coletivo, promovida pela EMARF – Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Sistematização, Análise e Interpretação" (2018).

- Palestrante no evento Direito coletivo em evolução: direito comparado e casos repetitivos, promovido pela EMES – Escola da Magistratura do TJ/ES - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Sistematização, Análise e Interpretação" (2018).

- Coordenador e Palestrante no evento Diálogos sobre o CPC/2015, promovido pela Faculdade de Direito da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Incidente de resolução de demandas repetitivas" (2018).

- Palestrante no evento Ética nas relações judiciais e seus reflexos na sociedade, promovido pelo Fórum Permanente de Juízos Cíveis da EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Ética nas relações judiciais e seus reflexos na sociedade" (2018).

- Palestrante no evento II Congresso Internacional de Mediação, promovido pelo CBMA - Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, sobre o tema "Solução consensual de conflitos nos casos repetitivos" (2018).

- Palestrante no evento Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Juizados Especiais, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (2018).

- Palestrante no evento Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, promovido pelo Instituto Dannemann Siemsen, sobre o tema do evento (2018).

- Palestrante no evento Iº Seminário de Processo Civil AJUFE/IBDP, promovido pela AJUFE – Associação de Juízes Federais, em conjunto com o IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "O IRDR, o IAC e seus impactos na Justiça Federal: Balanço dos 2 nos do CPC/2015" (2018).

- Palestrante no evento Novas Tendências no Direito Processual: estudos em homenagem aos professores Ada Pellegrini Grinover e José Carlos Barbosa Moreira, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: sistematização, análise e interpretação" (2018).

- Palestrante no evento O novo Código de Processo Civil: 2 anos de vigência, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema do evento (2018).

- Palestrante no evento Poder Judiciário e Administração: desafios contemporâneos, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Poder Judiciário e saúde: análise e tentativa de sistematização dos principais precedentes" (2018).

- Palestrante no Seminário as novas relações de trabalho e formas de solução dos conflitos laborais, promovido pela UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a EAGU – Escola da Advocacia Geral da União, sobre o tema "Incidente de resolução de demandas repetitivas" (2018).

- Coordenador e Palestrante no evento Temas Atuais de Direito Processual Civil: em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Análise do novel incidente de resolução de demandas repetitivas" (2018).

- Palestrante no evento Temas Atuais de Processo Coletivo, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Coletivização de questões jurídicas no CPC/2015" (2018).

- Palestrante no evento Teoria Geral dos Casos Repetitivos, promovido pela FESUDEPERJ – Fundação Escola da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: principais questões teóricas e práticas" (2018).

- Coordenador e Palestrante no evento VII FOREJEF - Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, promovido pelo TRF2 – Tribunal Regional Federal da Segunda Região, na Abertura do VII FOREJEF - Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (2018).

- Membro do Comitê Científico das XXVI Jornadas Iberoamericanas de Direito Processual, promovidas pelo Instituto Iberoamericano de Direito Processual (2018).

- Palestrante no evento XXVI Jornadas Iberoamericanas de Direito Processual, promovido pelo Instituto Iberoamericano de Direito Processual, tendo proferido Homenagem póstuma ao Professor José Carlos Barbosa Moreira (2018).

- Moderador no evento XXVI Jornadas Iberoamericanas de Direito Processual, promovido pelo Instituto Iberoamericano de Direito Processual, na Mesa sobre "*Prueba testifical: protocolos de actuación, medidas de protección, técnicas de interrogatorio y cuestiones específicas de valoración*" (2018).

- Coordenador no curso Gestão do processamento dos feitos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais - FOREJEF, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região (2018).

- Participante no evento de 50 anos da Justiça Federal, promovido pelo TRF2 – Tribunal Regional Federal da Segunda Região, enquanto Coordenador-Geral dos Juizados Especiais da Justiça Federal da 2ª Região (2017).

- Palestrante no evento A aplicação do novo CPC no Processo Tributário, promovido pela Comissão Especial de Assuntos Tributários da OAB/RJ – Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro, sobre o tema "A tutela provisória em matéria tributária" (2017).

- Palestrante no Ciclo de Palestras da UERJ - Departamento de Direito Processual, promovido pela Faculdade de Direito da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Precedentes e jurisprudência" (2017).

- Palestrante no Curso de Formação de Magistrados em Processo Coletivo, promovido pela AJURIS Escola da Magistratura, sobre "Processo Coletivo" (2017).

- Palestrante no Curso de formação de magistrados, da Escola da Magistratura da Paraíba do TJ/PB - Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, sobre o tema do evento (2017).

- Palestrante no Curso para Magistrados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, promovido pela Academia Judicial de Santa Catarina, do TJ/SC - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sobre o tema "Jurisprudência e julgamentos repetitivos" (2017).

- Palestrante no Curso para Magistrados do Tribunal de Justiça do Maranhão, promovido pela ESMAM – Escola da Magistratura do Poder Judiciário do Maranhão, sobre o tema "Julgamentos Padronizados" (2017).

- Palestrante no Curso Processo Civil: Reflexões depois do primeiro ano de vigência do CPC/2015", promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema do evento (2017).

- Palestrante no FOREJEF - Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, promovido pelo TRF2 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sobre os temas "Tutela Provisória" e "Incidente de resolução de demandas repetitivas e os juizados especiais" (2017).

- Presidente da Comissão de Direito Processual Civil na I Jornada de Direito Processual Civil, promovida pelo CJF - Conselho da Justiça Federal – Centro de Estudos Judiciários (2017).

- Palestrante no evento II Congresso Regional do IBDP no Rio de Janeiro, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "O novo CPC na visão dos Tribunais" (2017).

- Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Segunda Região e debatedor no II Encontro Regional da AJUFERJES – Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (2017).

- Palestrante no evento II Jornada Carioca de Direito e Processo Previdenciário do Instituto IDS América Latina, promovida pelo IDS América Latina - Instituto Latino-Americano de Direito Social, sobre o tema "IRDR em matéria previdenciária" (2017).

- Palestrante no evento Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema do evento (2017).

- Palestrante no evento Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, promovido pela EMERJ– Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema do evento (2017).

- Palestrante no evento Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, promovido pelo TJ/ES - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, sobre o tema do evento (2017).

- Participante no evento Metodologias de gestão de precedentes e a integração com os tribunais de segunda instância, promovido pelo Núcleo Gestor de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça junto com o TRF2 – Tribunal Regional Federal da Segunda Região (2017).

- Moderador do XIII Seminário Internacional sobre Gestão Judicial Civil, organizado pelo CEJA - *Centro de Estudios de Justicia de las Américas* em parceria com o IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, no Painel "Desafios para a gestão judicial civil na América Latina" (2017).

- Palestrante no evento Novo CPC: Aspectos Destacados. A Teoria da Argumentação e o Sistema de Precedentes, promovido pela AJUFESC – Associação dos Juízes Federais de Santa Catarina, sobre o tema "Um Ano de Experiência do novo CPC" (2017).

- Palestrante no evento O impacto do novo CPC nos Tribunais de Justiça após 1 ano de vigência, promovido pela Academia Judicial do TJ/SC – Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sobre o tema do evento (2017).

- Palestrante no evento O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e os Juizados Especiais, promovido pela EMARF - Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema do evento (2017).

- Palestrante no evento Reflexos do novo Código de Processo Civil na tutela coletiva, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema do evento (2017).

- Palestrante no evento Simpósio Brasileiro de Processo Civil, promovido pelo ABDConst – Associação Brasileira de Direito Constitucional, sobre o tema "O novo Código de Processo Civil e as decisões vinculantes" (2017).

- Palestrante no evento Temas Relevantes nos Juizados Especiais: Previdenciário, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Incidente de resolução de demandas repetitivas" (2017).

- Coordenador no curso Gestão do processamento dos feitos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais - FOREJEF, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região (2017).

- Coordenador no curso Temas Relevantes nos Juizados Especiais: Cível e Criminal, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região (2017).

- Palestrante no evento Tutela Provisória, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema do evento (2017).

- Palestrante no evento Um ano de vigência do novo CPC: desafios e perspectivas, promovido por *The British Chamber of Commerce and Industry in Brazil*, sobre o tema "Tutela provisória de urgência e de evidência. O fenômeno da estabilização da tutela e suas controvérsias" (2017).

- Palestrante no evento VI Encontro da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, promovido pela ESMESC - Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, sobre o tema "Balanço das principais inovações no novo CPC" (2017).

- Palestrante no evento XIV Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais, promovido pela AJUFE – Associação dos Juízes Federais, sobre o tema "Julgamentos Padronizados" (2017).

- Palestrante no evento *2nd IAPL-MPI Post-Doctoral Summer School on European and Comparative Procedural Law Approaches to Procedural Law*, promovido pela IAPL – *International Association of Procedural Law*, em parceria com o MPI – LU – Max Planck de Luxemburgo, sobre o tema "*Remarks about Collective Procedural Law nowadays in America and Euro*pe" (2016).

- Palestrante no evento *Brazilian High-Tech Litigation: Law, Business & Policy, promovido por Licks Attorneys* em Washington, sobre o tema "*Views from the Brazilian Judiciary*" (2017).

- Palestrante no O novo Código de Processo Civil", promovido por ESMAC - Escola da Magistratura do Acre, tendo ministrado a primeira aula sobre "Precedentes e Jurisprudência. Julgamentos Repetitivos e Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas no novo CPC" (2016).

- Palestrante no evento O novo Código de Processo Civil - As vias adequadas de soluções de controvérsias e outros temas polêmicos, promovido por CBMA - Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, sobre o tema "Recursos no novo CPC" (2016).

- Palestrante no evento Principais inovações do novo CPC, promovido pelo TJ/AC – Tribunal de Justiça do Acre, sobre o tema "Precedentes e Jurisprudência. Julgamentos Repetitivos e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no novo CPC" (2016).

- Palestrante no evento *The new Brazilian Civil Procedure Code*, promovido pelo MPI-LU, Max Planck Luxemburgo, sobre o tema do evento (2016).

- Palestrante no evento XXV Jornada Iberoamericana e XI Jornada Brasileira de Direito Processual, promovida pelo IIDP - Instituto Iberoamericano de Direito Processual em parceria com o IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Código Modelo de Processos Coletivos" (2016).

- Palestrante no Ciclo de palestras da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, sobre o tema "O novo Código de Processo Civil" (2015).

- Palestrante no evento O novo Código de Processo Civil, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Adaptações Regimentais e Criação de Órgãos e Serviços Decorrentes do novo Código" (2015).

- Palestrante no Congresso Brasileiro sobre o novo CPC, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Julgamentos repetitivos e jurisprudência" (2015).

- Palestrante no Congresso Rio Info 2015, promovido por ASSESPRO, TI/RIO e RIOSOFT, sobre o tema "Competência e formação de magistrados, servidores e advogados para atuação no contexto do processo judicial eletrônico" (2015).

- Coordenador e Palestrante no Curso de Formação Continuada - O novo Código de Processo Civil, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" (2015).

- Palestrante no Curso de Especialização em Direito Processual Civil, promovido pela Escola da Advocacia-Geral da União em parceria com a Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, na "Direito coletivo e o novo CPC" (2015).

- Apresentação no *Humboldt Colloquium Research Excellence in a Globalised World - Experiences and Challanges from a Brazilian-Germany Perspective, promovido por Humboldt*, sobre o tema "*Zivilprozessrechtsvergleichung: das Musterverfahren in Deutschland und Brasilien*" (2015).

- Palestrante no evento Impactos do novo Código de Processo Civil, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), em parceria com a OAB/RS – Ordem dos Advogados do Brasil – Rio Grande do Sul, sobre o tema "Os impactos do novo CPC na magistratura" (2015).

- Palestrante no evento FOREXEC - Encontro de juízes federais discute impacto do novo CPC sobre execução fiscal, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Estímulo à Conciliação" (2015).

- Coordenador e Palestrante no evento Novas tendências do Direito Processual - Ciclo de estudos sobre o novo CPC, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Microssistema de Tutela de Direitos Coletivos. Os impactos do CPC e o futuro da Tutela Coletiva" (2015).

- Coordenador e Palestrante no evento O Poder Judiciário e o novo CPC, promovido pela ENFAM – Escola Nacional de Formação e de Aperfeiçoamento de Magistrados, sob o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas", além de ter participado da aprovação dos enunciados da ENFAM sobre o novo CPC (2015).

- Palestrante no evento O impacto do novo CPC na propriedade intelectual, promovido por Instituto Dannemann Siemsen, sobre o tema "Alterações relevantes na apelação cível: o fim do juízo de admissibilidade e as novas regras procedimentais" (2015).

- Palestrante no evento Apresentação do novo Código de Processo Civil: estrutura, principais alterações em relação ao Código de Processo Civil de 1973 e novidades, promovido pela ESMAGES - Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo, sobre o tema "Técnica Processual Civil no novo CPC e Tutela dos Direitos Obrigacionais, Reais e das Famílias" (2015).

- Palestrante no evento O novo Código de Processo Civil, promovido pela ESMAT – Escola da Magistratura do TJ/TO – Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sobre o tema "Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência" (2015).

- Palestrante no Congresso Brasileiro sobre o novo Código de Processo Civil, promovido pelo Conselho Federal da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, sobre o tema "Tutela de urgência e Tutela da Evidência" (2015).

- Palestrante no evento "Processo Tributário no novo CPC", promovido pelo Grupo de Debates Tributários do Rio de Janeiro, sobre o tema "Mecanismos de solução de casos repetitivos" (2015).

- Palestrante no evento Seminário Perspectivas do novo CPC, promovido pelo Centro de Estudos da PGE/RJ - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" (2015).

- Palestrante no evento Congresso de Processo Civil de acordo com o novo CPC, promovido pela PGM/RJ - Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" (2015).

- Palestrante no evento 1º Congresso de Direito Processual do Instituto Paranaense de Direito Processual, promovido pelo IPDP – Instituto Paranaense de Direito Processual, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" (2015).

- Palestrante no evento Workshop de Direito Processual Civil, promovido por AASP - Associação dos Advogados de São Paulo e IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência" (2015).

- Coordenador e Palestrante no evento Programa de Estudos Avançados - Formação de Conciliadores, promovido pela EMARF - Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região, sobre o tema "A mediação e a conciliação no novo Código de Processo Civil" (2015).

- Palestrante no evento ACP 30 anos: reminiscências, realidade e perspectivas, promovido pela CEAF - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, sobre o tema "Perspectivas no Seminário ACP 30 anos: reminiscências, realidade e perspectivas" (2015).

- Palestrante no evento XXIX Encontro da Magistratura do Trabalho - O novo CPC em foco, promovido por AMATRA – Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Primeira Região, sobre o tema "O papel do juiz no novo CPC" (2015).

- Orador na Solenidade de posse da Desembargadora Leticia de Santis Mendes de Farias Mello, promovida pelo TRF2 – Tribunal Regional Federal da Segunda Região, proferindo "Discurso de saudação, em nome da Corte, na posse da Desembargadora Leticia Mello" (2014).

- Palestrante no evento 3º Congresso de Direito Público, promovido por Associação dos Procuradores do Estado de Sergipe, Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe e Faculdade Pio Décimo, sobre o tema "Demandas Repetitivas e Precedentes Judiciais" (2014).

- Palestrante no evento Copa do Mundo 2014: Lei Geral e Aspectos Jurídicos, promovido pelo CJF – Conselho da Justiça Federal, sobre o tema "Propriedade intelectual e Copa do Mundo: aspectos cíveis e penais" (2014).

- Palestrante no evento Encontro dos Diretores de Escolas Judiciais e da Magistratura, promovido pela ENFAM – Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, sobre o tema "Apresentação da EMARF" (2014).

- Coordenador e Palestrante no evento X Jornadas Brasileiras de Direito Processual, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Incidente de resolução de demandas repetitivas" (2014).

- Palestrante no evento Seminário 25 anos da Justiça Federal - 2ª Região, promovido pelo TRF2 – Tribunal Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Precedentes Judiciais" (2014).

- Coordenador do curso O Exército Brasileiro e a Conjuntura Atual, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região (2014).

- Coordenador e Palestrante no evento Seminário Minter de Direito: um encontro de mestrandos e doutores, promovido pela Universidade Estácio de Sá, em parceria com a Faculdade de Guanambi, sobre o tema "Precedentes Judiciais" (2014).

- Palestrante no Simpósio O novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho, promovido pela ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho, sobre o tema "Sistema de Solução dos Recursos Repetitivos" (2014).

- Coordenador e Palestrante no evento XII Congresso Brasileiro de Direito Processual, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Tutela de urgência contra a Fazenda Pública" (2014).

- Palestrante no evento *XX Congreso Mexicano de Derecho Procesal*, promovido pelo IIDP – Instituto Iberoamericano de Direito Processual, sobre o tema "*Acciones Colectivas*" (2014).

- Palestrante no evento II Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, promovido pelo TRF2 - Tribunal Regional Federal da Segunda Região, no Painel de Abertura e sobre o tema "Medidas para a efetividade da tutela jurisdicional' (2014).

- Palestrante na conferência de aula inaugural do Currículo Permanente Processual Civil, promovido pela EMAGIS – Escola da Magistratura do TRF 4ª Região – Tribunal Regional Federal da Quarta Região, sobre o tema "Coisa julgada nas ações coletivas" (2013).

- Palestrante no evento Controle judicial de políticas públicas: desafio à disciplina processual, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Controle de políticas públicas na perspectiva do Judiciário do Rio de Janeiro" (2013).

- Palestrante no evento Curso Direito Processual Coletivo, promovido pela Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, sobre os temas "Competência e Legitimidade" (2013).

- Palestrante no Curso de aperfeiçoamento para magistrados, promovido pela EMES – Escola da Magistratura do TJ/ES – Tribunal de Justiça do Espírito Santo, sobre o tema "Resolução Coletiva de Conflitos" (2013).

- Palestrante no evento Demandas Jurídicas Coletivas e Movimentos Sociais, promovido pela Faculdade Nacional de Direito (FND), da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre o tema "A Lei da Ação Civil Pública e as ONGs" (2013).

- Moderador no evento Direito Público em Debate: um diálogo entre Brasil e Alemanha, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da UFF – Universidade Federal Fluminense, sobre o tema do evento (2013).

- Palestrante no evento Diálogos globais: ética e direitos humanos, promovido pelo CJF – Conselho da Justiça Federal, em parceria com a EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Fortalecendo a credibilidade pública: desafios institucionais" (2013).

- Palestrante no evento *Federal Judicial Center: Brazil and United States: Judicial Education Exchange*, promovido pelo *Federal Judicial Center*, em Washington, sobre o tema "*Judicial Education Exchange*" (2013).

- Palestrante no evento I Seminário do CNDPCON - Conselho Nacional de Defensores Públicos do Consumidor, promovido pelo CNDPCON - Conselho Nacional de Defensores Públicos do Consumidor, sobre o tema "O PLS 282 e as ações coletivas" (2013).

- Palestrante no evento *International Visitor Leadership: Judicial Cooperation – A Project for Brazil*, a convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos, promovido pelo *Bureau* de Assuntos Educacionais e Culturais, sobre o tema "*Judicial Cooperation*" (2013).

- Palestrante no evento *Northwestern University School of Law: legal assistance*, promovido por *Northwestern University School of Law*, sobre o tema "*Legal Assistance*" (2013).

- Palestrante no evento O processo no Estado Constitucional, promovido pela UFPR – Universidade Federal do Paraná, sobre o tema "Processo Coletivo" (2013).

- Palestrante no evento Prevenção e repressão a ilícitos no mercado de capitais, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, em parceria com a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, sobre o tema do evento (2013).

- Palestrante no evento Reformas Processuais e o novo CPC – Partes I e II, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Reformas processuais e o novo CPC" (2013).

- Palestrante no evento 1º Congresso de Direito Processual da AJUFESP: o CPC projetado, promovido pela AJUFESP – Associação dos Juízes Federais do Estado de São Paulo, sobre o tema "Recursos no novo CPC" (2012).

- Palestrante no evento I Conferência Internacional sobre Processos Coletivos – *Class Actions*, promovida pela IAPL – *International Association of Procedural Law*, em parceria com o IIDP – Instituto Iberoamericano de Direito Processual, sobre o tema "Legitimação, certificação e ações coletivas passivas no Brasil" (2012).

- Palestrante no evento I Seminário Gazeta Jurídica, promovido pelo Instituto Brasiliense de Ensino e Pesquisa – IBEP, sobre o tema "Efetividade do cumprimento das decisões judiciais: tutela antecipada x sentença" (2012).

- Coordenador e Palestrante no evento IX Jornadas Brasileiras de Direito Processual, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Resolução Coletiva de Conflitos" (2012).

- Palestrante no evento O novo Processo Civil e as principais propostas de modificação do CPC, promovido pela UCAM - Universidade Candido Mendes e Instituto de Estudos Legais Avançados, sobre o tema "Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" (2012).

- Palestrante no evento Seminário de Propriedade Industrial e Desenvolvimento: o Papel do Judiciário, promovido pela EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "O Judiciário e a LPI: o que mudou em uma década e meia?" (2012).

- Palestrante no evento Direito da propriedade intelectual no Brasil: chave para o desenvolvimento tecnológico, promovido pela UCAM – Universidade Candido Mendes, sobre o tema "Aspectos processuais no direito de propriedade intelectual no Brasil" (2012).

- Palestrante no evento *Meeting* sobre processo civil e a busca de sua efetividade - reflexões sobre a nova proposta legislativa, promovido pelo Instituto Nacional de Ensino Jurídico Avançado, sobre o tema "Incidente de resolução de demandas repetitivas' (2012).

- Palestrante no evento O novo CPC em debate, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema do evento (2012).

- Palestrante no evento Constituição e direitos fundamentais: entre o público e o privado, promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a UNESA – Universidade Estácio de Sá, sobre o tema "O princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional - direitos fundamentais: entre o público e o privado" (2011).

- Palestrante no evento II Encontro Brasil-Alemanha de Direito Comparado, promovido pela Universidade de Freiburg, sobre o tema "Os processos coletivos no Brasil e na Alemanha" (2010).

- Moderador na Aula Magna da Faculdade de Direito da UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sobre "Estado de Direito" (2009).

- Palestrante no Curso de formação continuada de magistrados, promovido pela ESMAM – Escola da Magistratura do TJ/MA – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (2009).

- Palestrante no evento I Fórum Nacional de Juízes Federais Criminais (FONACRIM), promovido pela AJUFE – Associação dos Juízes Federais, com a propositura de enunciados (2009).

- Palestrante no evento FORECRIM, promovido pelo TRF2 – Tribunal Regional Federal da Segunda Região em parceria com a AJUFE – Associação dos Juízes Federais, sobre o tema "Princípio da identidade física no Processo Penal" (2009).

- Palestrante no evento FONACRIM - I Fórum Nacional de Juízes Federais Criminais, promovido pela AJUFE – Associação dos Juízes Federais, sobre o tema "Reformas do Processo Penal" (2009).

- Palestrante no evento *Litigation* - Novos desafios dos contenciosos, promovido pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, sobre o tema "A tutela dos interesses transindividuais e individuais homogêneos" (2009).

- Palestrante no evento sobre Novas Tendências no Direito Processual, promovida pelo Instituto Romeu Felipe Barcelar, sobre o tema do evento (2009).

- Palestrante no evento Seminário Nacional: Ministério Público e o projeto do sistema único das ações coletivas, promovido pela Procuradoria Geral do Trabalho, sobre o tema "Anteprojeto de nova Lei da Ação Civil Pública: competência, legitimidade e coisa julgada" (2009).

- Palestrante no evento Relações do trabalho e responsabilidade socioambiental: um debate jurídico sobre temas atuais, promovido pela FIRJAN em parceria com a OAB/RJ, sobre o tema "Visão do Poder Judiciário sobre desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental das empresas" (2009).

- Moderador no evento Seminário para *jueces sobre tendencias recientes en materia de propriedad intelectual com particular enfasis en la industria farmaceutica*, promovido pelo ICTSD, na Suíça, sobre o tema "*Examen de tendencias jurisprudenciales recientes*" (2009).

- Palestrante no evento VII Encontro dos Magistrados da Justiça Militar da União, promovido pelo Superior Tribunal Militar, sobre o tema Reformas do Processo Penal (2009).

- Palestrante no evento VIII *Seminario Regional sobre Propiedad Intelectual para Jueces Y Fiscales de América Latina*, promovido pela Oficina Europeia de Patentes, sobre o tema "Aspectos polêmicos e atuais enfrentados pelo Poder Judiciário no Brasil" (2009).

- Palestrante durante a Visita de Membros do Sistema Judiciário Brasileiro à OMPI - Organização Mundial de Propriedade Industrial sobre "Julgados Brasileiros" (2009).

- Palestrante no evento 2º Encontro Intragovernamental de Propriedade Intelectual, promovido pela API – Associação de Propriedade Intelectual, sobre o tema "Propriedade intelectual como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento" (2008).

- Palestrante no evento 40 anos da Seção Judiciária do Maranhão, promovido pela Seção Judiciária do Maranhão em conjunto com o TRF1 – Tribunal Regional Federal da Primeira Região, sobre o tema "Ações coletivas em perspectiva" (2008).

- Palestrante no evento Ciclo de debates 20 anos da Constituição de 1988, promovido pela UFF - Universidade Federal Fluminense, sobre o tema "A Constituição de 1988 e os direitos coletivos no Brasil" (2008).

- Palestrante no evento Programa de Estudos Avançados, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Novas tendências da cooperação interjurisdicional" (2008).

- Palestrante no evento Processo, jurisdição e direitos fundamentais: em comemoração aos 20 anos da Constituição, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Os precedentes jurisdicionais e as ações coletivas" (2008).

- Palestrante no evento Temas atuais e controvertidos em ações coletivas, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "O projeto de nova Lei da Ação Civil Pública" (2008).

- Palestrante no evento Tutelas Coletivas, promovido pelo CEAF do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, sobre o tema do evento (2008).

- Palestrante no evento VII Jornadas Brasileiras de Direito Processual, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Condições da ação" (2008).

- Palestrante no Workshop com audiência pública "Sistema Único de Processos Coletivos. Reforma da Lei da Ação Civil Pública", promovido pela UFPR – Universidade Federal do Paraná em parceria com a ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União, sobre o tema "O Direito Processual Coletivo e o Anteprojeto de nova Lei da Ação Civil Pública" (2008).

- Palestrante no evento A ação civil pública na atualidade, promovido pela UEL – Universidade Estadual de Londrina, sobre o tema "Os anteprojetos de Código Brasileiro de Processos Coletivos" (2007).

- Palestrante no Colóquio sobre o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos, promovido pela Escola da Advocacia Geral da União, em parceria com as Escolas da Magistratura Federal, do Ministério Público da União e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sobre o tema "O Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos UERJ-UNESA" (2007).

- Palestrante no evento Congresso Releitura da intervenção do Ministério Público no Processo Civil: tutela individual e coletiva, promovido pela Justiça Federal e pela Escola Superior do Ministério Público da União, sobre o tema "Legislação sobre tutela coletiva no Brasil e no mundo. Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos" (2007).

- Coordenador, Presidente da mesa, tradutor e moderador da palestra sobre "Direito Processual Comparado" ministrada pelo Professor Peter Gilles, da Universidade de Frankfurt, Alemanha (2007).

- Coordenador, Presidente da mesa, tradutor e moderador da palestra ministrada pelo Prof. Peter Gilles, da Universidade de Frankfurt, Alemanha, durante o evento Processos eletrônicos (2007).

- Palestrante no Encontro Capixaba de Processo Coletivo Ambiental e do Consumidor, promovido pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, sobre o tema "Competência nas ações coletivas" (2007).

- Palestrante no evento II Seminário de Direito Processual Civil: o novo direito processual e as garantias constitucionais, promovido pela ESMPU- Escola Superior do Ministério Público da União, sobre o tema "O Anteprojeto de Código de Processo Civil Coletivo: os novos caminhos da tutela coletiva e as garantias constitucionais" (2007).

- Palestrante no evento O Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos, promovido pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da UEL – Universidade Estadual de Londrina, sobre o tema do evento (2007).

- Palestrante no evento VIII Encontro de Magistrados Federais da 2ª Região, promovido pelo TRF2 – Tribunal Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Cumulação de pedidos na Justiça Federal" (2007).

- Presidência da conferência proferida pelo Professor Cândido Rangel Dinamarco, no Plenário do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2), sobre Aspectos gerais da execução (2006).

- Coordenador e Presidente da conferência proferida pelo Professor Luiz Guilherme Marinoni sobre "Tutela específica" na EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região (2006).

- Palestrante no evento Conflitos de jurisdição, competência e atribuições, promovido pela ESMPU- Escola Superior do Ministério Público da União e pela Procuradoria Regional da República da 3a. Região, sobre o tema "Aspectos atuais e controvertidos sobre a competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis" (2006).

- Palestrante no evento Cooperação jurídica internacional no combate ao crime organizado, promovido por, sobre o tema do evento (2006).

- Coordenador do Grupo de Trabalho sobre o Anteprojeto de Lei de Execuções Fiscais (2006).

- Moderador no evento Reforma do Judiciário e do Processo I, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre os temas "A próxima etapa da Reforma do Judiciário", "O novo conceito de sentença e o agravo", "O julgamento de plano de improcedência (art. 285-A) e o reconhecimento de ofício da prescrição", "Cumprimento das obrigações de fazer e não fazer", "Cumprimento da sentença I: direito intertemporal e âmbito de aplicação das inovações da Lei n. 11.232" e "Cumprimento da sentença II: prazo para o cumprimento voluntário, incidência da multa e possibilidades de impugnação pelo executado" (2006).

- Moderador no evento Reforma do Judiciário e do Processo II, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre os temas "Litispendência, continência e conexão nas demandas coletivas" e "Relação entre demandas coletivas e individuais" (2006).

- Palestrante no evento Reforma do Judiciário e do Processo II, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "O Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos" (2006).

- Moderador no Seminário Pesquisa e Desenvolvimento - Invenções x patentes. Custos. Benefícios. Proteção e questionamento das patentes na esfera judicial, no painel "Os avanços brasileiros em pesquisa e desenvolvimento e a proteção da propriedade intelectual" (2006).

- Palestrante no Seminário Virtual sobre Cumprimento de Sentença, promovido por Aquifolium e Editora Impetus, sobre o tema do evento (2006).

- Palestrante no evento Seminário de Direito Processual Civil, promovido pela ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União e pela Procuradoria da República, sobre o tema "Novos rumos do processo coletivo no Brasil" (2006).

- Palestrante no Seminário para discussão sobre o Anteprojeto de Código de Processo Coletivo, promovido pela ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União, sobre o tema "A competência no Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos" (2006).

- Moderador no Seminário sobre defesa da concorrência UERJ-IBRAC, promovido pela UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o IBRAC – Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, sobre o tema "Direito concorrencial no Judiciário - ações judiciais (individuais e coletivas)" (2006).

- Palestrante no evento Tutela Coletiva, promovido pela AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, sobre o tema "Tutela Coletiva do Consumidor em Juízo" (2006).

- Palestrante no evento V Encontro Jurídico *Intercampi* da Universidade Estácio de Sá, promovido pela UNESA – Universidade Estácio de Sá, sobre o tema "Acesso à Justiça e tutela coletiva" (2006).

- Palestrante no evento XI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, sobre o tema (2006).

- Palestrante no Colóquio sobre Administração da Justiça, promovido pela Universidade Nacional Autônoma do México, sobre o tema "Poder Judiciário no Brasil" (2005).

- Moderador no evento Crime Organizado: mecanismos de enfrentamento, no painel "Confisco e controle de bens" (2005).

- Palestrante no evento *Jornadas Procesales: El arbitraje internacional en España y Las acciones y procesos colectivos*, promovido pela Universidade de Barcelona, pelo Tribunal Arbitral de Barcelona e pelo IIDP - Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, sobre o tema do evento (2005).

- Palestrante no Colóquio sobre Administração da Justiça, promovido pela Universidade Autônoma do México, sobre "Poder Judiciário no Brasil" (2005).

- Discurso proferido na cerimônia de entrega da Medalha de Mérito Pedro Ernesto, em cerimônia promovida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (2005).

- Palestrante no evento Seminário de Propriedade Intelectual, promovido pelo Instituto Dannemann Siemsen, sobre o tema "Cumulação de pedidos de nulidade, de adjudicação e de indenização" (2005).

- Palestrante no evento VI Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual (2005).

- Palestrante no evento Congresso Internacional de Direito Processual de Roma - Universidade de Roma La Sapienza, promovido por, sobre o tema "Relatório Geral sobre Processos Coletivos" (2004).

- Palestrante no evento Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual em parceria com o IBEP, sobre o tema "Ações Coletivas" (2004).

- Palestrante no *Coloquio Acciones para la tutela de intereses colectivos y de grupo, promovido pelo Instituto de Investigaciones Jurídicas - Universidad Nacional Autónoma de México*, sobre o tema "*Tutela de intereses colectivos y difusos e intereses individuales homogéneos en Brasil y Portugal*" (2003).

- Palestrante no evento Curso de Extensão, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Ação Civil Pública" (2003).

- Palestrante no evento Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual em parceria com o IBEP, sobre o tema "Ações Coletivas" (2003).

- Palestrante no evento V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "O Anteprojeto de Código Modelo de Processos Coletivos para os Países Ibero-Americanos" (2003).

- Palestrante no evento Competência da Justiça Federal sobre o tema do evento (2002).

- Palestrante e Moderador no Curso sobre Ações coletivas como forma de efetividade do processo, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Ações Coletivas no Direito Comparado" (2002).

- Palestrante no evento O Poder Judiciário no centro dos desafios do século XXI, promovido pelo TRF2 – Tribunal Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "A reforma do processo: Leis nºs 10.352, 10.358 e 10.444" (2002).

- Palestrante no evento Direito em foco, promovido pelo IPEJUR - Centro Universitário da Cidade, sobre o tema do evento (2002).

- Palestrante no evento Direito em foco - Méier, pelo IPEJUR - Centro Universitário da Cidade, sobre o tema do evento (2002).

- Palestrante no evento Encontro Jurídico sobre o tema "Novas Tendências no Processo Civil" (2002).

- Palestrante no evento Encontro Regional de Alfenas, sobre o tema "A Reforma do Código de Processo Civil" (2002).

- Palestrante no evento JurisCidade, promovido pelo Centro Universitário da Cidade, sobre o tema "As Novas Tendências do Direito Processual Civil" (2002).

- Palestrante no evento Palestra sobre a reforma do CPC em matéria de recursos, promovido por, sobre o tema "Reforma do Código de Processo Civil – Recursos" (2002).

- Expositor no Programa de Capacitação da Justiça Federal, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, ministrando Curso de Processo Civil (2002).

- Palestrante no evento Encontro Regional de Viçosa sobre "Aspectos polêmicos nas Ações Coletivas" (2001).

- Palestrante no evento IV Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual, sobre o tema "Inafastabilidade do Poder Judiciário" (2001).

- Palestrante no evento Programa de Ambientação para Juízes Federais Substitutos da 2ª Região, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Competência da Justiça Federal" (2001).

- Palestrante no evento *Rechtsvergleichung in Theorie und Praxis*, promovido pela *Johann Wolfgang Goethe Universitaet*, sobre o tema "*Bericht ueber Zivilprozessreform in Brasilien*" (2000).

- Palestrante no evento *Ziviljustiz- und Zivilprozessreform 2000. Entwurf eines Gesetzs zur Reform des Zivilprozesses des BMJ*, promovido pela Johann Wolfgang Goethe Universitaet, sobre o tema do evento (2000).

- Palestrante no evento "XVII Curso de Iniciação Profissional de Magistrados", promovido pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "Juiz de Direito no Exercício da Competência Federal" (1997).

- Palestrante no Seminário de ambientação para os novos Juízes Federais, promovido pela EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região, sobre o tema "Juiz Federal e as Varas Previdenciárias" (1997).

IX.2 Principais eventos jurídicos como convidado

- Participante no evento O STJ e os 20 Anos do Código Civil Brasileiro promovido pelo IEJA – Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (2022).

- Participante no Congresso da *International Association of Procedural Law*, promovido pela IAPL- International Association of Procedural Law (1999).

- Participante nas Jornadas de Direito Processual do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, promovidas pelo Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (2002).

- Participante no Congresso da *International Association of Procedural Law* (2003).

- Participante no evento II Seminário Energia e Meio Ambiente (2006).

- Participante no evento Seminário Atividades dos Tribunais (2006).

- Participante no evento *Statistics within judiciary* promovido pelo *Administrative Office of the US Courts*, em Washington (2013).

- Participante no evento *Criminal Investigations Unit – Financial Fraud & Consumer Protection Division: financial intestigations*, sobre o tema "*Financial crimes and investigations*" (2013).

- Participante no evento *Meridian International Center: U.S. system of government, its decentralized nature and the decision-making process, promovido por Meridian International Center*, em Washington (2013).

- Participante no evento *National Center for State Courts: cooperation between state and federal courts in the management of complex civil litigation*, promovido por, em Washington, sobre o tema "*Complex civil litigation*" (2013).

- Participante no evento sobre *Financial crimes*, promovido pelo *Office of the District Attorney of New York*, em Nova Iorque (2013).

- Participante no evento *Open World Leadership Center and Brazil*, promovido pelo *Open World Leadership Center*, sobre o tema "*Potential collaboration between the Open World Leaderschip Center and Brazil*" (2013).

- Participante no evento *Criminal Defense at the Federal Level*, promovido por *Perkins Cole Law Firm*, em Chicago (2013).

- Participante no evento *Federal Cases*, promovido pelo *States District for the Southern District of New York* (2013).

- Participante no evento *The Environmental Protection Agency (EPA) and the environmental law enforcement and prosecution*, promovido pela *The Environmental Protection Agency (EPA), em Washington, sobre o tema "The environmental law enforcement and prosecution*" (2013).

- Participante no evento *The U. S. Department of Justice and the intellectual property rights, promovido pelo U. S. Department of Justice*, em Washington, sobre o tema "*The intellectual property rights and the collaboration with the judiciary*" (2013).

- Participante no evento *Public Corruption*, promovido pelo *U. S. Attorney's Office*, em Chicago (2013).

- Participante no evento *Federal Judicial System*, promovido por *U. S. Court of Appeals and U. S. District Court*, em Chicago (2013).

- Participante no evento *U. S. foreign policy in the Western Hemisphere and issues of common interest*, promovido pelo *U. S. Department of State*, em Washington (2013).

- Participante no evento *United States Secret Service and international crimes, promovido pelo United States Secret Service*, em Nova Iorque, sobre o tema "*Criminal justice system in Brazil*" (2013).

- Participante no evento *Demystifying The US Jury Trial* (2015).

X - BANCAS EXAMINADORAS DE CONCURSOS PÚBLICOS

- XVII Concurso Público para a Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro
  Ano: 2017

- XVI Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região
  Ano: 2017

- XVII Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região
  Ano: 2018

- VIII Concurso Público para a Procuradoria do Município do Rio de Janeiro
  Ano: 2019 / 2021

XI - BANCAS EXAMINADORAS E ORIENTAÇÕES DE GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO, PÓS-DOUTORADO E LIVRE DOCÊNCIA

XI.1 Graduação e Especialização

– Orientações e Bancas de Graduação e Especialização podem ser consultadas no Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2471376564418871

XI.2 Mestrado

– Membro de Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado

- Participação adequada no incidente de resolução de demandas repetitivas: escolha de líderes e contraditório colaborativo, de Ana Carolina Lima Ayres. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Oferta de julgamento e efetividade do processo, de Leandro Lyra Braga Dognini. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.
- Os limites da confidenciabilidade dos métodos consensuais perante a administração pública em juízo, de Aline Alves de Melo Miranda Araújo. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A litigância frívola no direito processual brasileiro: conceito, fatores determinantes e instrumentos de dissuasão, de Jorge Luis da Costa Silva. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A formação da tese jurídica no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, de Lydia de Freitas Vianna. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A interface entre a tecnologia e a atividade decisória do juiz à luz das normas fundamentais do processo civil, de Nathalia Ribeiro Fernandes. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- A superação dos precedentes no CPC de 2015: um estudo de caso sobre o enunciado de súmula nº 620 do STJ sobre os efeitos da embriaguez no seguro de vida, de Daniel Matias Schmitt Silva. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.
- O julgamento colegiado em ambiente eletrônico nos tribunais brasileiros: análise sistemática e propostas de uniformização e aprimoramento à luz dos princípios processuais, de Carolina Paes de Castro Mendes. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- *Class Actions* norte-americanas: as alterações promovidas na *Rule* 23 das *Federal Rules Of Civil Procedure* no ano de 2018 e o atual cenário brasileiro em termos de ações coletivas, de Juliana Gaspar Medina Maia. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: a efetiva atuação dos legitimados na busca de soluções para as questões comuns, de Juliana Paschoal Pinheiro. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A representação adequada no processo coletivo: Aspectos teóricos e elementos para a sua sistematização, de Alexandre Magno da Conceição Bittencourt. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Promessas de não processar e de não postular: o *pactum de non petendo* reinterpretado, de Alberto Lucas Albuquerque da Costa Trigo. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A relevância da questão de direito como filtro de seleção do recurso especial, de Rodrigo Cunha Mello Salomão. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A suspensão de processos nos julgamentos de casos repetitivos: incidente de resolução de demandas repetitivas e recursos repetitivos, de Everton Ferreira Jordão. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Questões atuais e controvertidas na ação de improbidade administrativa, de Inês da Trindade Chaves de Melo. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- O constitucionalismo contemporâneo e a interpretação construtiva dos princípios do acesso à justiça e do devido processo legal, de Amanda de Lima Vieira. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.

- Ferramentas para o controle das razões de decidir: os mecanismos de padronização e a vinculação ao dever de fundamentação, de Daniel Vianna Vargas. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A arbitragem e a tutela provisória de urgência: Impactos das modificações trazidas pelas recentes reformas legislativas, de Paula Menna Barreto Marques. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Associação civil sem fim econômico como sujeito processual: uma perspectiva através do acesso à justiça e da efetividade do processo, de Cesar Motta Moreira. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Colaboração premiada: a palavra do colaborador como meio de prova e a busca da verdade, de Felipe Carvalho Gonçalves da Silva. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Incidente de resolução de demandas repetitivas: do contexto à otimização, de Antonio Augusto Pires Brandão. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Interpretação das Decisões Judiciais, de Antonio Augusto de Lemos Tiburcio Rodrigues. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Prova emprestada: uma tentativa de sistematização, de Mariana Ferradeira Sales Bezerra. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Jurisdições Mistas - *Civil Law* e *Common Law*: Estudo do Direito Comparado e da Transformação do Modelo Brasileiro, de Fabíola Utzig Haselof. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Protocolos pré-processuais: a instituição de uma etapa preliminar ao processo como forma de prevenção e gestão cooperativa dos conflitos, de Cesar Felipe Cury. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Ampliação dos poderes judiciais nas ações coletivas: em Busca da Concretização do Acesso à Ordem Jurídica Justa, de Alex Maia Esmeraldo de Oliveira. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Sergipe.

- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: o novo instrumento na busca da isonomia, da segurança jurídica e da economia processual, de Murilo Martins Camelo. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Acesso à Justiça: a efetividade dos serviços prestados pelo projeto "Balcão de Justiça e Cidadania" no Município de Guanambi/BA, de Cátia Guimarães. 2015 - Universidade Estácio de Sá.
- A tutela provisória no novo Código de Processo Civil, examinada à luz do direito vigente e de uma análise comparativa, de Bruno Vargens Nunes. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Mediação e Acesso à Justiça: uma Experiência no Balcão de Justiça e Cidadania em convênio com a Faculdade Nobre, de Yanna Fernandes Amorim. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Ações individuais de alcance coletivo, ações pseudoindividuais e ações coletivas, de Susana Cadore. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: tentativa de sistematização, de Sofia Orberg Temer. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Mandado de Injunção como instrumento de um constitucionalismo dialógico, de Renata de Marins Jaber Maneiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- O processo coletivo e o papel da coletividade ausente: a afirmação de um contraditório transcendente, de Rafael Felgueiras Rolo. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O *Musterverfahren* como mecanismo de efetividade do acesso à justiça e a sua convivência com o processo coletivo, de Caroline Gaudio Rezende. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Limites de alteração objetiva da demanda: a questão dos fatos supervenientes e de nova notícia verificados no curso do processo, de Pablo Cesar Nunes Borgo Guimarães. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- O princípio da publicidade, segredo de justiça e presunção de inocência nas ações de improbidade, de José Lauro Seixas Lima. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.

- O cumprimento das sentenças coletivas, de Roberta Dumani Pessanha. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A originalidade como requisito para concessão de registro de desenho industrial: subsídios para uma melhor compreensão no direito brasileiro, de Felipe Barros Oquiendo. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Novos rumos da prova pericial, de Paula Oliveira Bezerra de Menezes. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O procedimento dos recursos repetitivos e outros meios de racionalização dos julgamentos, de Liane Isoldi Linhares. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Direitos individuais homogêneos: relendo a coletivização instrumentalmente, de Gustavo Osna. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
- A discricionariedade no exame da repercussão geral como óbice à efetiva defesa do consumidor pelo Supremo Tribunal Federal, de Hércules Saraiva do Amaral. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A qualidade da administração judiciária e a governança como propulsores da efetividade da prestação jurisdicional, de Fernanda Estevão Picorelli. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Revisitando o instituto da coisa julgada: a questão em torno de sua desconsideração, de Artur Diego Amorim Vieira. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A desjudicialização e o papel do Poder Judiciário no Estado contemporâneo: por um sistema integrado de resolução de conflitos, de Leonardo Monçores Vieira. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A legitimidade do indivíduo nas ações coletivas, de Larissa Clare Pochmann da Silva. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- O papel da jurisprudência no Processo Civil contemporâneo, de Daniela Pereira Madeira. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O processo coletivo como meio de realização de políticas públicas, de Leonardo de Sá Jannotti. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.

- A conciliação/mediação no Estado Democrático de Direito: uma necessidade e não mera possibilidade, de Wilson Jair Gerhard. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- O justo processo coletivo laboral, de Andrea Carla Cintra Araujo Guedes Barbosa. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Garantia fundamental da proteção judicial efetiva: inconstitucionalidade das vedações genéricas às tutelas sumárias, de Orlando Luiz Zanon Junior. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- *Stare decisis et non quieta movere*: a vinculação aos precedentes no direito estrangeiro e brasileiro, de Gustavo Santana Nogueira. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- *Contempt of court*: análise comparada do direito brasileiro e do direito americano em busca da eficácia das decisões judiciais, de Adriana Villa-Forte de Oliveira. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
- O interesse e a legitimidade na ação civil pública para defesa de categorias profissionais: a doutrina e a jurisprudência na perspectiva constitucional, de Luciane Mara Correa Gomes. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A atuação processual do poder público na perspectiva do movimento de reforma do processo, de Maurílio Guignoni Dutra. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Substituição processual conglobante: novas observações sobre a substituição processual nos processos coletivos e a necessidade de controle judicial da legitimação adequada e da adequada representação, de Márcia Vítor de Magalhães e Guerra. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
- A prova no processo coletivo - teoria dos modelos da prova aplicada ao processo coletivo, de Camila de Magalhães Gomes. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
- Responsabilidade do membro do Ministério Público nas ações coletivas: uma abordagem sob a ótica do estado democrático de direito, de Marlon Oberst Cordovil. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.

- A comunicação processual na jurisdição coletiva: pontos fundamentais e proposta de sistematização, de Mauricio Vasconcelos Galvão Filho. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Limites subjetivos da coisa julgada nas ações coletivas, de Ademar Vidal Neto. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Os direitos individuais homogêneos e a coisa julgada: uma nova proposta, de Marilia de Castro Vieira. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A singularidade do ambiente e os fundamentos jurídicos e extrajurídicos para a construção de uma justiça ambiental, de Heitor Delgado Soares. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Um olhar constitucional sobre os processos coletivos, de Mauro João Matté. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A experiência probatória no direito americano e no brasileiro, de Aloysio Libano de Paula Junior. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A experiência das *class actions* norte-americanas: um ponto de reflexão para as ações coletivas no Brasil, de André Vasconcelos Roque. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Defensoria Pública e processos coletivos: fundamentos da legitimação ativa, propostas e perspectivas em torno do novo papel do Defensor Público, de Tatiana de Carvalho Camilher. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- O recurso de apelação cível à luz do direito nacional e estrangeiro: sistematização, críticas e perspectivas, de Fernanda Medina Pantoja. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Os fundamentos teóricos da ação coletiva de improbidade, de Claudia Maria Macedo Perlingeiro dos Santos. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Contribuindo para uma teoria geral dos processos coletivos, de José Jacir Victovoski. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.

- A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustíveis) e a destinação dos recursos na perspectiva da justiça tributária, de Fernando Rangel Alvarez dos Santos. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A antecipação de tutela em face da Fazenda Pública, de Hernani José Ferreira Arruda. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Fluminense.
- A disciplina da celeridade no processo civil brasileiro: consequências e aprimoramentos, de Alexandre Miguel Rezende Abdalla. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Fluminense.
- Súmula vinculante: análise das principais questões jurídicas no contexto da reforma do poder judiciário e do processo civil brasileiro, de Luiz Norton Baptista de Mattos. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Ações coletivas e democracia deliberativa: reflexões sobre o processo como instrumento público de participação, de Paula Maria de Castro Barbosa. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Legitimidade ativa nas ações coletivas: evolução histórica, análise comparativa, tendências e perspectivas, de João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Liquidação e efetivação das sentenças coletivas na Justiça do Trabalho: dificuldades e perspectivas, de Guadalupe Louro Turos Couto. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Dissídios coletivos e ações de cumprimento: aspectos controvertidos e atuais, de Claudia de Abreu Lima Pisco. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Efeitos do controle da constitucionalidade e a coisa julgada tributária, de Ronaldo Redenschi. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Tutela coletiva: uma relação entre sua coisa julgada e o acesso à Justiça, de Ubirajara da Fonseca Neto. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.

- Reflexos do novo Código Civil na interpretação da norma geral antielisiva, de Yan Dutra Molina. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Os direitos coletivos no âmbito do acesso à justiça e da efetividade do processo, de Marcelo Daltro Leite. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Ministério Público: novo desenho constitucional. Proposta para eficácia da atuação e do acesso à justiça, de Heloisa Maria Daltro Leite. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Fundamentos da ação coletiva passiva, de Diogo Campos Medina Maia. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A defensoria pública e a tutela coletiva: o encontro das ondas renovatórias potencializando o acesso à justiça, de Adriana Silva de Britto. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O processo civil coletivo inglês, de José Claudio Torres Vasconcelos. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Ação rescisória no processo coletivo, de Fábio Ribeiro Porto. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A resposta judicial e o prazo razoável: essência e concretização prática de importante inovação constitucional sob a perspectiva processual civil, de Henrique Paiva Araújo. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O princípio da boa-fé no direito tributário, de Elizabete Rosa de Mello. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Sigilo bancário e justiça fiscal, de Rubens Nora Chammas. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A sentença penal condenatória e a sua qualidade de título executivo civil, de Paulo André Morales Arêas. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Campos.
- A arbitragem internacional nos contratos administrativos firmados por sociedade de economia mista, de Lourenia Moreira Gomes. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Campos.

- Tutela coletiva das comunidades remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia e Preto Forro: análise dos impasses para o acesso à justiça das coletividades, de Alexandre de Castro Catharina. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense.
- O ICMS e a reforma tributária, de Marcos dos Santos Ferreira. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A abrangência da imunidade tributária das instituições de assistência social, de Felipe Dutra Dantas. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Responsabilidade ambiental das instituições financeiras, de Gustavo Lellis Pacífico Peçanha. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Compromisso de ajustamento de conduta a autocomposição da lide na tutela de interesses transindividuais, de Eduardo Santos de Carvalho. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos: o Ministério Público e sua legitimidade, de Vivian Saboia Baia. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O poder geral de cautela no Processo Penal - Bases jurídicas das medidas urgentes inominadas, de Cristiane da Rocha Corrêa. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A supremacia do interesse público sobre o interesse particular no regramento processual civil infraconstitucional quando o Estado é a parte na relação processual: privilégios e prerrogativas numa leitura constitucional pós-positivista, de Alfredo de Souza Coutinho Neto. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- As comissões de conciliação prévia: uma discussão à luz do acesso à Justiça e da sua natureza processual, de Isabelli Maria Gravatá Maron. 2004 - Universidade Estácio de Sá.
- As ações coletivas à luz do acesso à justiça e da legitimidade, de Victor Aisenberg. 2004 - Universidade Estácio de Sá.
- A atividade probatória das partes e do juiz no processo civil, de Luciana Losada Lopes Aleixo Lustosa. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Gama Filho.

- A demanda na ação de improbidade administrativa, de José Antonio Lisbôa Neiva. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Efetividade do Juizado Especial Cível, de Luiz Eugênio da Silva. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A coisa julgada nas ações que tutelam direitos meta individuais: uma comparação com a teoria de Liebman, de Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Gama Filho.
- A ponderação de interesses na tutela de urgência irreversível, de Fernando Gama de Miranda Neto. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Gama Filho.
- A construção de uma garantia constitucional: compreensão da Suprema Corte quanto ao mandado de injunção, de Vanice Regina Lirio do Valle. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Compromisso de ajustamento de conduta no direito brasileiro, de André Luiz Riedlinger Teixeira. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Uma abordagem ao instituto da mediação, a partir de uma perspectiva de simbiose entre os mecanismos de solução de conflitos, de Cláudio José Pontual Filho. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Transação penal, de Marcos Paulo Dutra Santos. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A declaração incidental de inconstitucionalidade em sede de ação civil pública, de Alessandra Honorato Neves Batista. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Os fatos supervenientes no processo civil, de Julio Machado Teixeira Costa. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A universalidade do processo: o acesso à Justiça, a crise do Estado Nacional e a internacionalização das relações jurídicas, de Antonio do Passo Cabral. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A coisa julgada nas ações coletivas *lato sensu*: proposta para uma nova sistematização, de Bianca Oliveira de Farias. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- A tutela diferenciada dos juizados especiais cíveis no contexto do acesso à justiça e sob a ótica do devido processo legal, de Marcelo Pereira da Silva. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A demanda na ação de improbidade administrativa, de José Antonio Lisbôa Neiva. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A reunião de causas conexas, de Edward Carlyle Silva. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Juizados especiais cíveis: o espaço do cidadão no Poder Judiciário, de Cristina Tereza Gaulia. 2003 - Universidade Estácio de Sá.
- Polícia Judiciária na hermenêutica constitucional, de Luís Claudio Cruz. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Assistência no Processo Penal e a tutela dos direitos da vítima, de Elisabete Figueiredo Telisbino Barbosa. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Gama Filho.
- O mandado de Injunção como meio de controle da constitucionalidade, de Alexandre Augusto de Andrade Vieira. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Substituição Processual em Ação Mandamental, de Benedito Gonçalves. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Ações Coletivas: a Tutela Jurisdicional dos Interesses e a Legitimação dos Grupos, de Lygia Brandão da Silva Pombo. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Uma Análise Crítica sobre a Teoria Geral dos Recursos Cíveis, de Felippe Borring Rocha. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A Legitimidade dos Jurados como Causa de Anulação das Decisões do Tribunal do Júri, de Júlio César Lima dos Santos. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Interpretação conforme a constituição, de Sandro Valério Andrade do Nascimento. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Possibilidade de aplicação da súmula vinculante em matéria constitucional como instrumento de agilização da prestação jurisdicional, de Queti Abreu dos Santos. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.

- Coisa julgada e litispendência nas ações coletivas, de Marcos Cesar Simor Pani. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Gama Filho.
- A utilidade da ação monitória, de Celso Anicet Lisboa. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Assistência no processo penal e a tutela dos direitos da vítima, de Elisabete Figueiredo Felisbino Barbosa. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Gama Filho.

– Orientador e Coorientador de Dissertação de Mestrado

- Oferta de julgamento e efetividade do processo, de Leandro Lyra Braga Dognini. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.
- Os limites da confidenciabilidade dos métodos consensuais perante a administração pública em juízo, de Aline Alves de Melo Miranda Araújo. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A formação da tese jurídica no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, de Lydia de Freitas Vianna. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A interface entre a tecnologia e a atividade decisória do juiz à luz das normas fundamentais do processo civil, de Nathalia Ribeiro Fernandes.
- A litigância frívola no direito processual brasileiro: conceito, fatores determinantes e instrumentos de dissuasão, de Jorge Luis da Costa Silva. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A superação dos precedentes no CPC de 2015: um estudo de caso sobre o enunciado de súmula nº 620 do STJ sobre os efeitos da embriaguez no seguro de vida, de Daniel Matias Schmitt Silva. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.
- O julgamento colegiado em ambiente eletrônico nos tribunais brasileiros: análise sistemática e propostas de uniformização e aprimoramento à luz dos princípios processuais, de Carolina Paes de Castro Mendes. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- *Class Actions* norte-americanas: as alterações promovidas na *Rule* 23 das *Federal Rules Of Civil Procedure* no ano de 2018 e o atual cenário brasileiro em termos de ações coletivas, de Juliana Gaspar Medina Maia. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A representação adequada no processo coletivo: aspectos teóricos e elementos para a sua sistematização, de Alexandre Magno da Conceição Bittencourt. 2018. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Constitucionalismo contemporâneo e a interpretação construtiva dos princípios do acesso à justiça e do devido processo legal, de Amanda de Lima Vieira. 2018. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: a efetiva atuação dos legitimados na busca de soluções para as questões comuns, de Juliana Paschoal Pinheiro. 2018. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A suspensão de processos nos julgamentos de casos repetitivos: incidente de resolução de demandas repetitivas e recursos repetitivos, de Everton Ferreira Jordão. 2017. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Jurisdições Mistas - *Civil Law* e *Common Law*: Estudo do Direito Comparado e da Transformação do Modelo Brasileiro, de Fabíola Utzig Haselof. 2017. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: do contexto à otimização, de Antonio Augusto Pires Brandão. 2017. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- O uso e a importância da prova emprestada para o processo, de Mariana Ferradeira. 2017. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Interpretação das decisões judiciais, de Antonio Augusto de Lemos Tiburcio Rodrigues. 2017. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (coorientador).
- Associação civil sem fim econômico como sujeito processual: uma perspectiva através do acesso à justiça e da efetividade do processo, de César Motta Moreira. 2016. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Questões atuais e controvertidas na ação de improbidade administrativa, de Inês da Trindade Chaves de Melo. 2016. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).

- A tutela provisória no novo Código de Processo Civil, examinada à luz do direito vigente e de uma análise comparativa, de Bruno Vargens Nunes. 2015. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Acesso à Justiça: A efetividade dos serviços prestados pelo projeto "Balcão de Justiça e Cidadania" no Município de Guanambi/BA, de Cátia Guimarães. 2015. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Ações individuais de alcance coletivo, ações pseudoindividuais e ações coletivas, de Susana Cadore Nunes. 2015. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: o novo instrumento processual na busca da isonomia, da segurança jurídica e da economia processual, de Murilo Martins Camelo. 2015. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: tentativa de sistematização, de Sofia Temer. 2015. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Mediação e Acesso à Justiça: uma experiência no Balcão de Justiça e Cidadania em convênio com a Faculdade Nobre, de Yanna Fernandes Amorim. 2015. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O processo coletivo e o papel da coletividade ausente: uma questão de democracia participativa, de Rafael Felgueiras Rolo. 2015. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Protocolos Pré-Processuais: a instituição de uma etapa preliminar ao processo como forma de prevenção e gestão cooperativa dos conflitos, de Cesar Felipe Cury. 2015. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Direito do Consumidor, Mercosul e os avanços e retrocessos da legislação consumerista: um estudo comparativo entre Brasil e Argentina, de Sandro Lima Guimarães. 2015. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (coorientador).
- Limites da alteração objetiva da demanda: a questão dos fatos supervenientes e de nova notícia verificados no curso do processo, de Pablo Cesar Nunes Bongo Guimarães. 2014. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O cumprimento das sentenças coletivas, de Roberta Dumani Pessanha. 2014. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).

- O *Musterverfahren* como mecanismo de efetividade do acesso a justiça e a sua convivência com o processo coletivo, de Caroline Gaudio Rezende. 2014. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O princípio da publicidade, segredo de justiça e presunção de inocência nas ações de improbidade, de José Lauro de Seixas Lima. 2014. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A qualidade da administração judiciária e a governança como propulsores da efetividade da prestação jurisdicional, de Fernanda Estevão Picorelli. 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O procedimento dos recursos repetitivos e outros meios de racionalização dos julgamentos, de Liane Isoldi Linhares. 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Revisitando o instituto da coisa julgada: a questão em torno de sua desconsideração, de Artur Diego Amorim Vieira. 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A desjudicialização e o papel do Poder Judiciário no Estado contemporâneo: por um sistema integrado de resolução de conflitos, de Leonardo Monçores Vieira. 2012. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A legitimação do indivíduo nas ações coletivas, de Larissa Clare Pochmann da Silva. 2012. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O papel da jurisprudência no Direito Processual Civil contemporâneo, de Daniela Pereira Madeira. 2012. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- O processo coletivo como meio de realização de políticas públicas, de Leonardo de Sá Jannotti. 2012. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A conciliação/mediação no Estado Democrático de Direito: uma necessidade e não mera possibilidade, de Wilson Jair Gerhard. 2011. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O papel da colaboração das partes no processo judicial, de Celso Jorge Fernandes Belmiro. 2011. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A duração razoável do processo, de Luiz Antonio Soares. 2010. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).

- *Stare decisis et non quieta movere*: a vinculação aos precedentes no direito estrangeiro e brasileiro, de Gustavo Santana Nogueira. 2010. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A Atuação Processual do Poder Público na Perspectiva da Reforma do Processo, de Maurilio Guignoni Dutra. 2009. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- A informação nas ações coletivas: o pirncípio constitucional da informação como instrumento de efetividade da jurisdição coletiva e concretização do acesso à Justiça no Brasil, de Mauricio Vasconcelos Galvão Filho. 2009. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- O interesse e a legitimidade na ação civil pública para defesa de categorias profissionais: a doutrina e jurisprudência na perspectiva constitucional, de Luciane Mara Correa Gomes. 2009. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Responsabilidade do membro do Ministério Público nas ações coletivas: uma abordagem sob a ótica do acesso à justiça como forma de consolidação do estado democrático de direito, de Marlon Oberst Cordovil. 2009. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A experiência das "*class actions*" norte-americanas: um ponto de reflexão para as ações coletivas no Brasil, de Andre Vasconcelos Roque. 2008. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- A singularidade do ambiente e os fundamentos jurídicos e extrajurídicos para a construção de uma justiça ambiental, de Heitor Delgado Correa. 2008. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Defensoria Pública e Processos Coletivos: fundamentos da legitimação ativa, propostas e perspectivas em torno do novo papel do Defensor Público, de Tatiana de Carvalho Camilher. 2008. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O recurso de apelação à luz do direito nacional e estrangeiro: sistematização, críticas e perspectivas, de Fernanda Medina Pantoja. 2008. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Os direitos individuais homogêneos e a coisa julgada: uma nova proposta, de Marília de Castro Neves Vieira. 2008. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Os fundamentos teóricos da ação coletiva de improbidade, de Claudia Maria Macedo Perlingeiro dos Santos. 2008. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).

- Ações coletivas e democracia deliberativa: reflexões sobre o processo como instrumento público de participação, de Paula Maria de Castro Barbosa. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Dissídios coletivos e ações de cumprimento: aspectos controvertidos e atuais, de Claudia de Abreu Lima Pisco. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Legitimidade ativa nas ações coletivas: evolução histórica, análise comparativa, tendências e perspectivas, de João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Liquidação e efetivação das sentenças coletivas na justiça do trabalho: dificuldades e perspectivas, de Guadalupe Louro Turos Couto. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Súmula vinculante: análise das principais questões jurídicas no contexto da reforma do poder judiciário e do processo civil brasileiro, de Luiz Norton Baptista de Mattos. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- A abrangência da imunidade tributária das instituições de assistência social, de Felipe Dutra Dantas. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE-Combustíveis) e a destinação dos recursos na perspectiva da justiça tributária, de Fernando Rangel Alvarez dos Santos. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A Defensoria Pública e a Tutela Coletiva: o Encontro das Ondas Renovatórias Potencializando o Acesso à Justiça, de Adriana Silva de Britto. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).
- Ministério Público: novo desenho constitucional. Proposta para eficácia da atuação e do acesso à justiça, de Heloisa Maria Daltro Leite. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O ICMS e a reforma tributária, de Marcos dos Santos Ferreira. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O princípio da boa-fé no direito tributário, de Elizabete Rosa de Mello. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O processo civil coletivo inglês, de José Claudio Torres Vasconcelos. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (orientador).

- Os direitos coletivos no âmbito do acesso à justiça e da efetividade do processo, de Marcelo Daltro Leite. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Sigilo bancário e justiça fiscal, de Rubens Nora Chammas. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Tutela coletiva: uma relação entre sua coisa julgada e o acesso à Justiça, de Ubirajara da Fonseca Neto. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A Supremacia do interesse público sobre o particular no regramento processual civil infraconstitucional quando o Estado é a parte, de Alfredo de Souza Coutinho. 2004. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- As ações coletivas à luz do acesso à Justiça e da legitimidade, de Victor Aisenberg. 2004. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- As comissões de conciliação prévia: uma discussão à luz do acesso à Justiça e da sua natureza processual, de Isabelli Maria Gravatá Maron. 2004. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- O assédio moral: ética e responsabilidade civil, de Jorge Luiz de Oliveira da Silva. 2004. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A construção de uma garantia constitucional: compreensão da Suprema Corte quanto ao mandado de injunção, de Vanice Regina Lirio do Valle. 2003. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- A polícia judiciária na hermenêutica constitucional, de Luiz Cláudio Cruz. 2003. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).
- Efetividade do Juizado Especial Cível, de Luiz Eugênio da Silva. 2003. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá (orientador).

XI.3 Doutorado

– Membro de Banca Examinadora de Tese de Doutorado

- A uniformização a jurisprudência nos juizados especiais no modelo constitucional de processo como condição para o acesso efetivo à justiça e o direito ao processo justo, de Fábio Costa Soares. 2023. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- Eficácia normativa das teses jurídicas fixadas pelo Judiciário, de José Roberto Sotero de Mello Porto. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O terceiro informante na recuperação de ativos públicos: o papel do Whisteblower na improbidade administrativa, de Inês da Trindade Chaves de Melo. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.
- A execução civil e sua crise: a desjudicialização como um rumo em busca da efetividade, de Eliseu Ribeiro de Sousa. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.
- Os honorários advocatícios sucumbenciais à luz do Código de Processo Civil de 2015: análise, sistematização, interpretação crítica e seus desdobramentos práticos, de Camila de Checchi Sevilhano. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.
- Pragmatismo como paradigma do Direito Processual Penal Contemporâneo, de Anderson de Paiva Gabriel. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Como as nações prosperam: efetividade processual mediante cooperação jurídica internacional e as ações mais poderosas contra corrupção transnacional, de Fabíola Utzig Haselof. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Convenções probatórias no Direito Processual civil brasileiro: admissibilidade, limites, regime de tratamento e espécies, de Tatiana Machado Alves. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- A sobreposição de atividades dos tribunais estatais e arbitrais no Brasil com atenção especial na prova e na fundamentação das decisões, de Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Filho. 2021. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Execução diferenciada nos direitos reconhecidos nos julgamentos de casos repetitivos, de Daniel Vianna Vargas. 2021. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Sanções premiais no processo civil: previsão legal, estipulação convencional e proposta de sistematização (standards) para sua fixação judicial, de Marcelo Leite da Silva Mazzola. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- O incidente de assunção de competência no processo civil brasileiro, de Bianca Mendes Pereira Richter. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da USP.
- Participação como direito à influência no IRDR: projeção da democracia deliberativa, de Alex Maia Esmeraldo de Oliveira. 2020. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais sociais e as políticas públicas, de Luiz Paulo da Silva Araújo Filho. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Fundamentos jurídicos para a fixação de limites à discricionariedade e para garantir a participação pública na construção da solução conciliada nos conflitos envolvendo o direito difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado pela via do compromisso de ajustamento de conduta previsto na lei 7.347 de 1985, de Isabella Franco Guerra. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A adequação do procedimento às necessidades do caso concreto e os desafios da jurisdição contemporânea: os reflexos da expansão da autonomia privada no processo civil, de Michele Pedrosa Paumgartten. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Objeto dos recursos cíveis: crítica ao efeito devolutivo como categoria central da teoria geral dos recursos, de Lucas Buril de Macedo Barros. 2019. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da USP.
- Julgamentos de demandas repetitivas: A seleção da amostragem para a elucidação das questões comuns e a fixação das respectivas teses jurídicas, de Bruno Cavalcanti Angelin Mendes. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- A gênese ilógica da sentença civil: instituição, sentimento e emoção no ato de julgar, de Francesco Conte. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Fundamentos e meios próprios para superação dos precedentes qualificados: tentativa de sistematização e propostas, de Ubirajara da Fonseca Neto. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- As demandas repetitivas no microssistema dos juizados especiais, de Caroline Gaudio Rezende. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.

- Hermenêutica do precedente: o cuidado da coerência e da integridade, de Marcelo Elias Naschenweng. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- O projeto inacabado de uma teoria da decisão judicial: de Habermas a Streck, na luta por decisões democráticas, de Rafael Alem Mello Ferreira. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Sistema brasileiro de pronunciamentos judiciais vinculantes: justificativas, requisitos e instrumentos processuais, de Artur Diego Amorim Vieira. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- O incidente de desconsideração da personalidade jurídica: genealogia, fundamentos e interpretação, de Bruno Miola da Silva. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Mandado de segurança como tutela definitiva da evidência e sua liminar como tutela provisória de urgência e/ou da evidência: aplicação subsidiária do CPC e reformas necessárias para garantir a duração razoável e a efetividade do processo, de Pedro Gomes de Queiroz. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Acesso à justiça e técnicas de julgamento de casos repetitivos, de Maria Cecília de Araújo Asperti. 2018. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da USP.
- Direito de defesa nos conflitos fundiários plurissubjetivos, de Sabrina Nasser de Carvalho. 2018. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da USP.
- Duração razoável e celeridade: a tempestividade do processo civil brasileiro em uma dimensão conflitual, de José Augusto Garcia de Sousa. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O sistema multiportas de vinculação das pretensões individuais ao processo coletivo, de Larissa Clare Pochmann da Silva. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- O duplo grau de jurisdição diante do foro por prerrogativa de função: reflexão sobre a importância de sua adequada compreensão, de Alessandra Villaça Gorgulho Ferretti. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Teses Jurídicas Prejudiciais: A ampliação dos limites da coisa julgada enquanto fundamento e técnica otimizadora de julgamentos por amostragem, de Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- Modificações na jurisprudência e proteção da confiança, de Odilon Romano Neto. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Ações Coletivas Transnacionais, de Gustavo Santana Nogueira. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Arbitragem de direitos coletivos no Brasil: admissibilidade, finalidade e estrutura, de Andre Vasconcelos Roque. 2014. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Coisa julgada dinâmica: limites objetivos e temporais: entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis, de Antonio do Passo Cabral. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Ônus da prova no direito processual público, de Fernando Gama de Miranda Netto. 2007. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Gama Filho.
- Elementos para um delineamento do perfil do mandado de segurança à luz da dogmática do Processo Civil contemporâneo, de Paulo Roberto de Souza. 2003. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

– Orientador de Tese de Doutorado

- A uniformização a jurisprudência nos juizados especiais no modelo constitucional de processo como condição para o acesso efetivo à justiça e o direito ao processo justo, de Fábio Costa Soares. 2023. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O terceiro informante na recuperação de ativos públicos: o papel do Whisteblower na improbidade administrativa, de Inês da Trindade Chaves de Melo. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.
- A execução civil e sua crise: a desjudicialização como um rumo em busca da efetividade, de Eliseu Ribeiro de Sousa. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.
- Os honorários advocatícios sucumbenciais à luz do Código de Processo Civil de 2015: análise, sistematização, interpretação crítica e seus desdobramentos práticos, de Camila de Checchi Sevilhano. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Estácio de Sá.

- Como as nações prosperam: efetividade processual mediante cooperação jurídica internacional e as ações mais poderosas contra corrupção transnacional, de Fabíola Utzig Haselof. 2022. Tese (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Participação como Direito à Influência no IRDR: Projeção da Democracia Deliberativa, de Alex Maia Esmeraldo de Oliveira. 2020. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Duração razoável e celeridade: a tempestividade do processo civil brasileiro em uma dimensão conflitual, de José Augusto Garcia de Sousa. 2017. Tese (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O sistema multiportas de vinculação das pretensões individuais ao processo coletivo, de Larissa Clare Pochmann da Silva. 2017. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Modificações na jurisprudência e proteção da confiança, de Odilon Romano Neto. 2016. Tese (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Ações coletivas transnacionais, de Gustavo Santana Nogueira. 2015. Tese (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, de Caroline Gaudio Rezende. 2015. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Precedentes Vinculantes e Julgamento de Recursos Repetitivos pelos Tribunais Superiores: a necessidade de construção de critérios de seleção do caso paradigma adequados à concepção de precedentes coerentes, de Bruno Cavalcanti Angelin Mendes. 2015. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Superação de precedentes, de Ubirajara da Fonseca Neto. 2015. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Arbitragem de direitos coletivos no Brasil: admissibilidade, finalidade e estrutura, de Andre Vasconcelos Roque. 2014. Tese (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- O incidente de desconsideração da personalidade jurídica: genealogia, fundamentos e interpretação, de Bruno Miola. 2014. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá.
- Sistema brasileiro de pronunciamentos judiciais vinculantes: justificativas, requisitos e instrumentos processuais, de Artur Diego Amorim Vieira. 2014. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá.

- Coisa julgada dinâmica: limites objetivos e temporais. Entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis, de Antonio do Passo Cabral. 2012. Tese (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

XI.4 Supervisão de Estágio Pós-Doutoral

– Alexandre de Castro Catharina;
– José Roberto Sotero de Mello Porto;
– Larissa Clare Pochmann da Silva;
– Marcelo Pereira de Almeida.

XI.5 Banca de Livre Docência

– Membro de bancas examinadoras de Livre Docência na Universidade de São Paulo (USP):

- Ministro Sidnei Beneti (2017);
- Swarai Cervone de Oliveira (2019).

XII - PRINCIPAIS HOMENAGENS E ELOGIOS

Conselho da Justiça Federal (CJF)

– Gabinete elogiado na Inspeção Ordinária realizada, no ano de 2014, pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça Federal Ministro Humberto Martins, tendo sido consignado:

> "4. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL.
> ...
> No tocante à dinâmica processual na unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é das melhores na atualidade, não havendo acúmulo e, ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.
>
> OBSERVAÇÕES GERAIS
> A unidade inspecionada possui excelente desempenho, tendo um acervo novo e reduzido. A grande maioria de processos vinculados ao Gabinete foi distribuída já neste ano de 2014. Acrescente-se que se verifica um viés de baixa do acervo, considerando que o número de processos julgados tem superado consideravelmente o de distribuídos.
>
> RECOMENDAÇÕES
> Não há recomendações específicas para esta unidade.";

– Gabinete elogiado na Inspeção Ordinária realizada, no ano de 2016, pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça Federal Ministro Og Fernandes, tendo sido consignado:

> "3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA:
> ... Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é muito satisfatória, não havendo acúmulo, ao contrário, verifica-se controle adequado do acervo.
> ...
> 5) OBSERVAÇÕES GERAIS
> ...
> O Gabinete, de maneira geral, está em situação muito boa, com fluxo processual normal, adequada organização e eficiente controle do estoque de processos.";

– Gabinete elogiado na Inspeção Ordinária realizada, no ano de 2018, pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça Federal Ministro Raul Araújo, tendo sido consignado:

> "2) ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL
> ...
> Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em maio/2016 era de 560 processos.

Atualmente, há apenas 53. Houve diminuição dos feitos conclusos com distribuiçãoaté o ano de 2016. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2018, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2015, o que se revela um dado muito positivo.

...

3) ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

...

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição. Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Na listagem, não constaram processos extraviados, e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração. Em relação aos processos listados, não há recomendação a ser feita, uma vez que ambos foram julgados na sessão de 5/6/2018.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar quea tramitação do acervo em geral é muito célere, sem problemas específicos avistados. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é bastante satisfatória, não havendo acúmulo, mas, ao contrário, verifica-se que o Gabinete está rigorosamente em dia, sem pendências de julgamento.

4) METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

...

Atualmente não há mais estoque de processos.

5) OBSERVAÇÕES GERAIS

Não há apontamentos específicos a serem feitos, uma vez que o que se apurou foi o rigoroso controle do fluxo processual pela Unidade, o que pode ser constatado pelo baixo número de processos conclusos para julgamento.

Além disso, constatou-se o grande empenho do Desembargador Federal e de sua equipe para a manutenção doresultado obtido com o eficiente trabalho desenvolvido no Gabinete.

6) RECOMENDAÇÕES

Não há recomendação a ser feita, diante do excelente trabalho realizado, digno de elogio por parte da equipe de inspeção da Corregedoria-Geral. (...)"

– Gabinete elogiado na Inspeção Ordinária realizada, no ano de 2020, pela Excelentíssima Senhora Corregedora-Geral da Justiça Federal Ministra Maria Thereza de Assis Moura, tendo sido consignado que:

"12. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior houve diminuição do montante de processos conclusos (de 53 a 0), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 39 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 0.

Verifica-se, em relação ao total de embargos de declaração aguardando julgamento,diminuiu de 4 na última inspeção para 0, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que a produtividade do gabinete restou mantida no período recente.

O gabinete leva entre a distribuição e o primeiro julgamento 5 meses, enquanto que o tempo médio na 3ª Seção equivale a 13,23 meses. Trata-se de indicador que merece destaque. A tramitação do acervo é muito célere e não há problemas. O fluxo de processos é bastante satisfatório e merece elogios, assim como o Desembargador etoda a sua equipe, que oferece excelente prestação jurisdicional, rápida e com qualidade.

13. RECOMENDAÇÕES

Manter o excelente trabalho realizado até o momento."

Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF – 2)

- Primeiro gabinete com processos conclusos zerados (2017) - notícia disponível em https://www10.trf2.jus.br/portal/feito-inedito-gabinete-do-trf2-e-primeiro-zerar-os- processos-conclusos/ (anexo I);

- Primeiro gabinete a concluir a virtualização total dos processos judiciais (2019) - notícia disponível em https://www10.trf2.jus.br/portal/trf2-um-passo-da-virtualizacao-total-dos-processos-judiciais/ (anexo II);

- Grão-Colar do Mérito Judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (2021).

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ)

- Colar de Mérito Judiciário (2015)

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ)

- Primeira Medalha da AMAERJ (2021)

Ministério da Justiça e Segurança Pública

– Ordem do Mérito do Ministério da Justiça (2022)

Honrarias Militares

– Aeronáutica

- Ordem do Mérito Aeronáutico (2022).

– Exército Brasileiro

- Medalha do Pacificador (2016);
- Ordem de Mérito Militar – Grau Comendador (2018);
- Medalha do Exército Brasileiro (2021);
- Medalha do Pacificador (2023).

– Marinha do Brasil

- Ordem de Mérito Naval (2021).

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2023.

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
Desembargador Federal – Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF-2)

Anexo I

Feito inédito: gabinete do TRF2 é primeiro a "zerar" os processos conclusos

Publicado em 10/08/2017

https://www10.trf2.jus.br/portal/feito-inedito-gabinete-do-trf2-e-primeiro-zerar-os-processos-conclusos/

"A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta". A máxima de Rui Barbosa, apesar de escrita há quase cem anos, continua inspirando os juízes brasileiros a se esforçarem para prestar a jurisdição de forma rápida. Prova disso está no pacto que os próprios tribunais renovam, desde a primeira edição das Metas Nacionais de Nivelamento consolidadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2009. Na prática, as metas atualizam a frase lida pela primeira vez no discurso de Rui Barbosa intitulado Oração aos Moços, proferido em 1920, com o compromisso de julgar, a cada ano, número idêntico ou superior de ações ajuizadas no período e de dar prioridaede à solução das lides mais antigas.

Sendo assim, o feito atingido pelo gabinete do desembargador federal Aluisio Mendes, "zerou", no dia 9 de agosto, as ações conclusas (são chamados de conclusos os processos em condições de julgamento) tem de ser comemorado, antes de tudo, como uma vitória de todo o Judiciário, como ele mesmo lembra: "Trata-se de uma conquista institucional, porque o que o magistrado mais deseja é dar uma resposta ao cidadão, é cumprir seu dever de julgar com a necessária celeridade", afirma o desembargador, que preside a Quinta Turma Especializada do TRF2, com competência para julgar matéria administrativa.

Consultando as estatísticas, tanto do Tribunal, que registra os números regionais, quanto as publicadas pelo CNJ, com dados nacionais, não se encontra notícia de outro gabinete quetenha conseguido zerar os processos conclusos, ou seja, que esteja colocando em pauta para julgamento as ações que chegam, no mesmo dia em que elas são distribuídas. Isso significa que, ao receber o processo, na mesma data ficam prontos o relatório e o voto, sendo, em seguida, solicitado dia para inclusão na pauta de julgamentos da Turma

Especializada. Com isso, o gabinete de Aluisio Mendes já tem processos inclusos na pauta do dia 29 de agosto,quando ocorrerá a última sessão do mês.

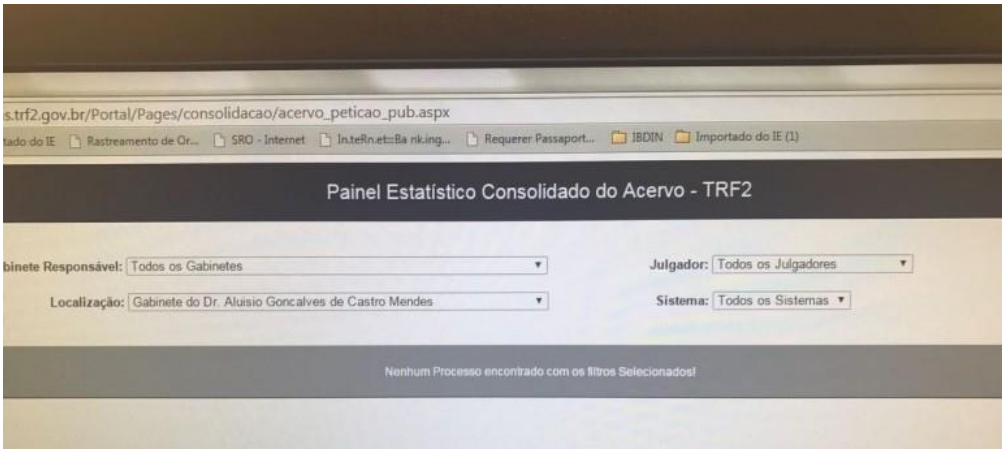
Segundo Aluisio Mendes, o cumprimento desse compromisso envolveu a aplicação de soluções de gestão cartorária e, sobretudo, o empenho da equipe de servidores, que "vestem a camisa" em prol da superação de um desafio sempre crescente, junto com o constante aumento da demanda pelos serviços do Judiciário: "É inegável que a consumação do nosso objetivo não seria factível sem a concorrência da equipe, que é muito bem preparada e se dedica com afinco a essa causa de expressivo impacto social", defende.

Elogio

Não é por outro motivo que o presidente do TRF2, desembargador federal André Fontes, está determinando que faça constar elogio oficial, nos assentamentos funcionais dos servidores que integram o gabinete de Aluisio Mendes. O anúncio dos atos, que deverão ser expedidos na próxima semana, foi feito na visita que o presidente fez ao gabinete do colega, na quinta-feira, 10, para cumprimentar a equipe: "Estou envolvido com a atuação jurisdicional desde 1980. Nestas quase quatro décadas, aprendi que a ideia de um juiz 'zerar' seu acervo processual só existiria no plano conceitual, como uma utopia, um sonho inatingível. Vê-la concretizada gera uma esperança, que os senhores agora permitem acalentar", afirmou André Fontes.

André Fontes e Aluisio Mendes (de terno) parabenizam servidores do gabinete

O presidente também destacou que o trabalho conduzido pelo desembargador federal Aluisio Mendes confirma sua certeza de que a atividade acadêmica e as funções jurisdicionais, quando realizadas em paralelo, podem ser mutuamente proveitosas, já que os juízes que atuam como professores estão sempre se capacitando e aperfeiçoando conhecimentos: "O professor doutor Aluisio Mendes, que recentemente foi promovido a docente titular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, é a prova viva de que se trata de atividades complementares, sendo que o exercício do magistério contribui para o desenvolvimento de novas e melhores estratégias de ação na magistratura", declarou.



Anexo II

TRF2 a um passo da virtualização total dos processos judiciais
Publicado em 05/11/2019

https://www10.trf2.jus.br/portal/trf2-um-passo-da-virtualizacao-total-dos-processos-judiciais

O Tribunal Regional Federal – 2ª Região (TRF2) está cada vez mais perto de cumprir sua meta de tornar as atividades jurisdicionais da Corte cem por cento digitais. A constatação é da Secretaria de Atividades Judiciárias (SAJ) do Tribunal, que presta apoio aos gabinetes da Casa nos procedimentos de virtualização do acervo processual.

O primeiro a concluir esse trabalho foi o gabinete do desembargador federal Aluisio Mendes, em junho, mas, pelo ritmo geral da atividade de digitalização no Tribunal, outros gabinetes devem conseguir eliminar seus acervos físicos em breve. Nos dos desembargadores federais Ferreira Neves, Guilherme Diefenthaeler e Marcelo Pereira da Silva, por exemplo, restam, respectivamente, apenas um, dois e onze processos em papel.

A virtualização dos processos teve início no TRF2 em 19 de abril de 2014. A partir dessa data, o Tribunal passou a distribuir e processar no formato eletrônico todos os autos originários das suas duas Seções Judiciárias que tivessem sido iniciados já como autos virtuais. Até aquela época, o sistema permitia o recebimento dos recursos de apelação e remessa necessária (que ocorre nas hipóteses em que a lei exige novo julgamento de mérito pela instância superior) da primeira instância do Rio de Janeiro. Vale lembrar que, em 1º de abril daquele ano, foram levados a julgamento no Tribunal, também pelo desembargador federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, os cinco primeiros processos eletrônicos da 5ª Turma Especializada da Corte.

Para o magistrado, a agilidade em seu gabinete na tarefa de virtualização dos processos realizada pela SAJ decorre, em grande parte, "do permanente controle, em vários aspectos, como produtividade geral do gabinete e individual dos funcionários, tempo de tramitação no gabinete e na turma e publicação rápida dos acórdãos, o que permitiu a eliminação do acervo acumulado de conclusos e manutenção de um gabinete em dia, tornando a tarefa de separação dos processos e encaminhamento para virtualização bem mais tranquila", explicou.

Aluisio Mendes é um entusiasta do uso de novas tecnologias no Judiciário. "Há inúmeros benefícios na tramitação eletrônica dos processos, destacando-se a economia, tanto de tempo quanto de recursos", destacou. Com a virtualização dos processos – continuou – "foram extintas muitas etapas burocráticas na tramitação dos processos físicos, permitindo aumento da celeridade, da segurança e da transparência no trâmite processual, além de democratizar o acesso e propiciar maior conforto para as partes, que podem movimentar o processo sem precisar se deslocar ao Tribunal. Isso acaba por oportunizar, inclusive, maior tranquilidade no cumprimento dos prazos processuais. As partes tornam-se, assim, em concreto, agentes de participação e colaboração processual. A economia de recursos, especialmente na utilização do papel, instrumentaliza a ideia de sustentabilidade, além de representar redução gradativa nos custos suportados", destacou.

Celeridade

O gabinete do magistrado completou, em maio, dois anos e meio sem acumular acervo, ou seja, desde o primeiro semestre de 2017, as ações que entram conclusas recebem despacho ou decisão normalmente no mesmo dia, ou são incluídas em pauta de julgamento. Naquela ocasião, Aluisio Mendes frisou tratar-se de uma conquista institucional. "O que o magistrado mais deseja é dar uma resposta ao cidadão, é cumprir seu dever de julgar com a duração razoável", afirmou o desembargador, que, na ocasião, presidia a Quinta Turma Especializada do TRF2, com competência para julgar matéria administrativa.

Ainda segundo o desembargador, que hoje preside a 3ª Seção Especializada, o cumprimento desse compromisso envolveu a aplicação de um conjunto de medidas adotadas pelo desembargador e pela respectiva equipe, dentre as quais o levantamento permanente de dados, análise e adoção de medidas de economia processual, objetividade na prestação jurisdicional, gestão processual e de recursos humanos, em prol da melhoria do serviço judicial. "É inegável que a consumação do nosso objetivo não seria factível sem a concorrência da equipe, que é muito bem preparada e se dedica com afinco a essa causa de expressivo impacto social", defendeu.

Mas, de que forma o empenho para a virtualização dos autos se afina com essa política de gestão jurisdicional? "Ao longo dos anos em busca do objetivo traçado – explicou – "foram realizadas, periodicamente, reuniões de avaliação e implementação dos ajustes necessários ao cumprimento das metas estabelecidas, que inicialmente eram mensais, passando a ser semanais e finalmente diárias. Com a adoção de metodologia de trabalho e técnicas exitosas de controle do acervo e distribuição dos processos, entre os servidores do gabinete, para serem minutados, sempre de maneira equilibrada, foi possível a redução de forma constantee paulatina do acervo de processos conclusos, até atingir o ápice com o julgamento de todos que se encontravam pendentes de julgamento. Nesse contexto – continuou -, a virtualização dos autos propiciou melhor planejamento das atividades do gabinete, melhorando o monitoramento processual, que é feito através de planilhas de controle de distribuição e dependências", encerrou.

Aluisio Mendes, ao centro, com sua equipe no Gabinete